



SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI

Em defesa de Patrimônios Culturais de Pernambuco

ORGANIZADORAS:

Raquel Barreto Nascimento

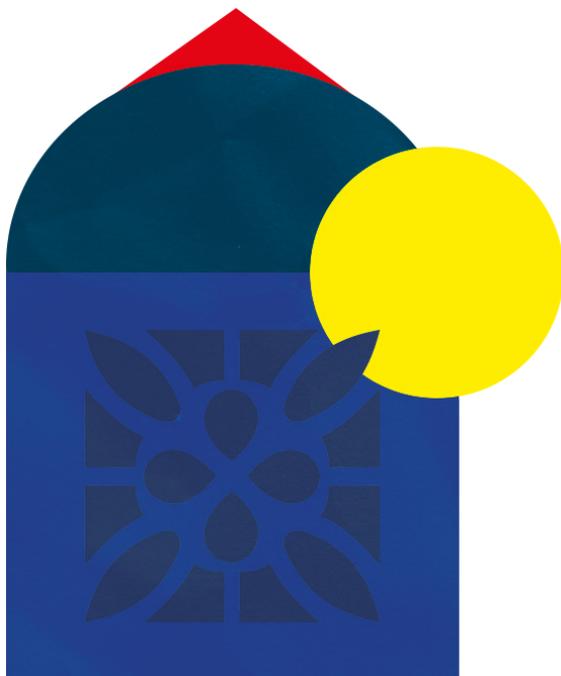
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva





Em defesa de Patrimônios Culturais de Pernambuco



SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI

Em defesa de Patrimônios Culturais de Pernambuco

ORGANIZADORAS:

Raquel Barreto Nascimento

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva

SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI

Coordenação:

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto - UFPE

Maria da Conceição Silva Lima – UFPE

Comissão editorial:

André Gustavo Ferreira da Silva , Arnaldo Martins Szlachta Júnior, Catarina Carneiro Gonçalves, Maria da Conceição Silva Lima, Paulo Julião da Silva, Raphael Guazzelli Valerio, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Viviane de Bona.

Revisão: Victória Guilherme Pereira Silveira

Capa: Rodrigo Victor

Projeto gráfico: Rodrigo Victor

Diagramação: Rodrigo Victor

Marcela Karolinny da Silva Costa

Catálogo na fonte:

Biblioteca Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

E53 Em defesa de patrimônios culturais de Pernambuco [recurso eletrônico] / [organizadoras] : Raquel Barreto Nascimento, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Tayanne Adrian Santana Morais da Silva. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

(Coleção GEPIFHRI)

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-38-2 (online)

Formato: Livro Digital

Veiculação: Digital

1. Patrimônio cultural – Pernambuco. 2. Patrimônio cultural – Proteção – Pernambuco. 3. Pernambuco – História. I. Nascimento, Raquel Barreto (Org.). II. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro (Org.). III. Silva, Tayanne Adrian Santana Morais da (Org.). IV. Título da coleção.

363.690981 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-063)

Apresentação da “Coleção GEPIFHRI”

O Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades - GEPIFHRI tem o prazer de lançar, junto com a Editora da Universidade Federal de Pernambuco, o primeiro de muitos livros que comporão a “Coleção GEPIFHRI”. A ideia da parceria entre o GEPIFHRI e a Edufpe, longe de ser um projeto que vise qualquer tipo de lucro ou ganhos monetários, tem o nobre objetivo acadêmico de publicar os trabalhos dos alunos da graduação e pós-graduação que tiveram destaque em seus trabalhos, frutos das disciplinas que cursaram. Não é raro professores se depararem com trabalhos autorais, muito bons e que merecem ser divulgados. A ideia que nos motiva é, justamente, a de que muitas vezes os alunos cumprem muito bem aquilo que foi solicitado em sala de aula e que, por falta de incentivo, informação ou mesmo de espaço apropriado, não procede com a publicação.

Com foco nos pesquisadores em formação é que nasce a Coleção GEPIFHRI. O que nós, membros do grupo, pretendemos é criar um espaço qualificado, seguindo as orientações e normas editoriais e acadêmicas para que nossos alunos e alunas possam escoar suas produções e que se sintam, com ele, também estimulados a fazer parte do projeto que não tem outro desígnio a não ser fazer valer a pena a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Por certo é um projeto modesto, mas com muitas expectativas de constar como uma ação frutífera e com ganho de causa para a UFPE que privilegia desde cedo a pesquisa e a sua divulgação.

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Maria da Conceição Silva Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - SOBRE O PRIMEIRO
FRUTO DA COLEÇÃO GEPIFHRI

PREFÁCIO

CAPÍTULO 1

PATRIMONIALIZAÇÃO DA “BUSCADA DE SÃO
GONÇALO DO AMARANTE”: BEM CULTURAL
DA CIDADE DE ITAPISSUMA-PE

Raquel Barreto Nascimento

CAPÍTULO 2

“SÍTIO DOS VALENÇA” ENQUANTO LUGAR
DE MEMÓRIA E BEM CULTURAL DA
MADALENA (RECIFE-PE)

Luiz Vinícius Maciel Silva

CAPÍTULO 3

FORMAS DE VENDER, FAZER E LAZER: PROPOSTA
DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA FEIRA DE PEIXINHOS
(RECIFE/OLINDA-PE) ENQUANTO ESPAÇO
DE COMÉRCIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva

CAPÍTULO 4

A FEIRA DE JARDIM SÃO PAULO (RECIFE-PE)
ENQUANTO PATRIMÔNIO IMATERIAL LOCAL

Talysson Caique Santos Verçosa

CAPÍTULO 5

O “PRÉDIO DA SUDENE EM RECIFE”: OBRA
ARQUITETÔNICA DOS ANOS 1970
E PATRIMÔNIO DO POVO NORDESTINO

Thiago Souto Maior Ferraz de Oliveira

Sobre o primeiro fruto da Coleção GEPIFHRI

Este livro que tem em mãos é fruto do trabalho de alunos do curso de Licenciatura em História da UFPE, na disciplina Educação Patrimonial que teve, dentre seus objetivos, “construir uma visão teórico-prática sobre modos, formas e processos educacionais existentes na sociedade que contribuem para a formação crítica do profissional da área da educação, especialmente em campos que dizem respeito à formação para a cidadania de indivíduos e grupos nas suas dimensões sociais, políticas e culturais”. Como fruto desse processo, os alunos encontraram lugares, expressões, prédios, dentre outros “bens culturais” que mereceram sua atenção e aqui os defende enquanto bens e/ou patrimônios históricos e culturais.

A ideia de patrimônio que guiou o curso passou necessariamente pelos dispositivos legais a começar pela Constituição que em seu título II denominado “Dos direitos e garantias fundamentais” e do seu capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos - LXXIII – destaca que:

(...) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Já na Seção II - DA CULTURA, o Art. 215 determina que – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais e de acordo com o Art. 216.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

No tocante a LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

(...)

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

Para além dos parâmetros legais que compõem a temática da patrimonialização, a proposta que foi apresentada aos alunos estava ancorada na ideia de que Pernambuco tem não apenas uma história rica e diversa, mas que, justamente por isso, possui uma gama enorme de bens que merece ser preservada em função da sua importância cultural e indenitária. A partir disso os alunos foram a campo, pesquisaram e perceberam quão valoroso e passível de patrimonialização é o repertório pernambucano. O que aqui apresento é uma pequena, mas qualificada mostra, de um exercício acadêmico de defesa de lugares, expressões e, sobretudo, de valores culturais que caracterizam o povo pernambucano em suas formas mais simples, porém determinantes.

Neste livro irão encontrar, para além dos próprios objetos de investigação de cada aluno, elementos que foram evocados da sua história e de sua constituição, aspectos legais que revelam o porquê da sua defesa e mais do que isso, verão futuros professores de história e historiadores contemplando o local, o regional e a sua própria história como objeto de análise e como monumento que merece defesa.

O Capítulo PATRIMONIALIZAÇÃO DA “BUSCADA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE”: BEM CULTURAL DA CIDADE DE ITAPISSUMA – PE teve como objetivo defender a “Buscada de São Gonçalo do Amarante”, cortejo marítimo mais importante da região, enquanto patrimônio cultural da cidade de Itapissuma, no litoral do Estado de Pernambuco. Para tanto Raquel Barreto Nascimento se debruçou sobre bibliografia especializada e sobre os marcos legais que possibilitam a patrimonialização das manifestações culturais e para a história do referido festejo, assim como da sua contribuição para a construção da identidade cultural da comunidade local. A autora chama a atenção para o fato de que “como um bem cultural, patrimonializá-la é dar um importante passo rumo à identificação e legitimação dos costumes locais que envolvem tradição, fé e festa que tanto compõem a comunidade local”.

Já o capítulo “SÍTIO DOS VALENÇA” ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E BEM CULTURAL DA MADALENA de Luiz Vinícius Maciel Silva teve por objetivo lançar argumentos a favor da percepção do aludido Sítio enquanto bem cultural do bairro da Madalena. Para tanto lançou mão da história local, da ideia de lugar de memória, além de percepções previstas no arcabouço teórico da legislação do patrimônio cultural brasileiro. As concepções obtidas com esse trabalho é que existem alternativas para criar-se um espaço de valorização da herança do local, inclusive intervindo sobre os usos que o espaço oferece.

No capítulo FORMAS DE VENDER, FAZER E LAZER: PROPOSTA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA FEIRA DE PEIXINHOS (PE) ENQUANTO ESPAÇO DE COMÉRCIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE de Tayanne Adrian Santana Morais da Silva, a partir do que determina o Artigo 216 da Constituição de 1988 que altera significativamente o conceito de patrimônio do Decreto-lei nº 25 de 1937 que passa a abranger também os bens culturais de natureza imaterial, ela defende a referida feira como passível de patrimonialização. Para tanto ela evoca o argumento de que lugares como a Feira de Caruaru, em Pernambuco, por seu valor histórico e cultural, bem como de preservação da memória de um universo tão particular como as feiras livres, foram inseridos no rol de patrimônios imateriais brasileiros. Diante desse contexto, a autora, entendendo as feiras enquanto espaços de sociabilidade, lazer e trabalho, busca no presente capítulo propor o reconhecimento da Feira de Peixinhos, localizada no bairro de mesmo nome – situado entre as cidades de Olinda e Recife – como Patrimônio Cultural Imaterial, tanto por seu valor histórico e econômico para o bairro de Peixinhos, quanto pelo espaço da feira, enquanto lugar de memória, identidade e de trocas simbólicas entre os seus transeuntes.

Também com a temática da feira está Talysson Caique Santos Verçosa com o capítulo intitulado A FEIRA DE JARDIM SÃO PAULO (RECIFE - PE) ENQUANTO PATRIMÔNIO IMATERIAL LOCAL que traz uma discussão sobre os bens imateriais no processo de patrimonialização no Brasil para entender de que forma as feiras foram incluídas nas categorias de registro, defendendo o reconhecimento da Feira de Jardim São Paulo (Recife-PE) enquanto patrimônio local. O trabalho, fruto de estudos sobre Educação Patrimonial, procurou possibilitar a compreensão das feiras enquanto espaço de multiplicidade e memória, lugar que vai sendo apropriado e ressignificado à medida em que diferentes sujeitos desenvolvem diferentes atividades a partir de suas próprias vivências.

O capítulo “PRÉDIO DA SUDENE EM RECIFE”: OBRA ARQUITETÔNICA DOS ANOS 1970 E PATRIMÔNIO DO POVO NORDESTINO de Thiago Souto Maior Ferraz de Oliveira, por sua vez, coloca em evidência a arquitetura modernista e os objetivos da sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e o defende a partir da sua importância para a memória e a história local. Considera para sua defesa, sobretudo, o grau de degradação do prédio, e a necessidade de recuperação e de novos sentidos daquele espaço, pois segundo o autor “a sociedade civil pode e deve ocupar o espaço, munindo-o de renovação semiótica e utilitária”.

Que tais artigos sirvam de inspiração para outros estudantes/pesquisadores que se vêem tocados pela realidade local e que tem nesse tipo de escrita um meio de se fazer “ouvir”. Em uma época em que as ciências humanas e sociais estão perdendo espaço, financiamento e status acadêmico, os alunos do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, cumprindo a função social da carreira que escolheram, nos defende enquanto campo de atuação e nos brinda enquanto fonte de conhecimento. E viva a história que oferece um lugar de escuta e de regozijo.

ORGANIZADORAS:

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Raquel Barreto Nascimento
Tayanne Adrian Santana Morais da Silva

Prefácio

Em defesa de Patrimônios Culturais de Pernambuco traz consigo uma série de textos de estudantes do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, frutos da disciplina Educação Patrimonial, ministrada pela Profa. Dra. Raylane Andreza no segundo semestre de 2019. Com o auxílio de Raquel Barreto Nascimento e Tayanne Adrian Santana Morais da Silva em sua organização, a obra é rica em histórias e memórias de comunidades distintas, que em seus aspectos culturais, econômicos, sociais, afetivos e em toda sua diversa pluralidade, nos permitem enxergar patrimônios os quais, sua maioria, não são reconhecidos legalmente como tal, mas já fazem parte da afetividade patrimonial por aqueles que, de alguma forma, se sentem pertencentes a um desses universos de riquezas incontáveis presentes no estado de Pernambuco.

Tenho percebido ao longo dos anos enquanto pesquisador duas questões sobre pessoas que se interessam pela ciência da deusa Clio. A primeira busco em Michel de Certeau (1982), o qual defende que, quem fala, fala de algum lugar, nos dando uma impressão inicial do óbvio se não nos atentarmos para as intenções do autor ao fazer tal afirmação. Segundo Certeau, as inquietações de quem escreve história estão na vida dos indivíduos, os quais o fazem a partir de e para locais e situações que lhes tiram do conforto ou que lhes incomodaram em certo momento de suas vidas. Acredito que nessa primeira discussão posso incluir o historiador Edgar De Decca (2006), o qual afirma que a história, na verdade é o presente, feita no presente e sobre inquietações do presente, e que o passado só existe no presente, e não em seu próprio passado.

A segunda questão percebo nas inquietações particulares dos estudantes que, de alguma forma, dialogam, na maioria das situações, com as concepções dos autores citados acima. Lutam, em muitos casos, pelos seus lugares de pertença, ou mesmo de memórias coletivas e individuais em busca de um reconhecimento oficial. Reconhecimento esse que possibilitaria uma maior visibilidade por parte de poderes públicos e pelas diversas esferas que compõem o campo social.

Contudo, uma terceira questão me chama a atenção nos textos escritos pelos estudantes aqui organizados. Há o pertencimento, a luta pelo reconhecimento, mas também a historicização dos objetos das pesquisas que foram por eles escolhidos. Cada espaço é tratado dentro de campos e cronologias da história, os quais comunicam- entre histórias de vida, história oral, história econômica, história social, história do patrimônio, história cultural, história do tempo presente, história contemporânea, história local, e tantas outras possibilidades as quais a História permitiria que esses pesquisadores/estudantes se dispusessem a entrar.

É importante a percepção da historiadora Isabel Guillen (2014), a qual afirma que a “invenção patrimonial” está dentro de um campo político de disputas por memórias, que por sua vez dependem de projetos políticos propostos para o momento, com interesses que são diversos e distintos, muitas vezes não se importando com as histórias coletivas e individuais daqueles que fizeram/fazem parte do “patrimônio” ali avaliado. Há uma questão que pode ser debatida, se levarmos em consideração a possível escolha por algo, por alguém, por um local ou por uma memória em se tornar patrimônio material ou imaterial em detrimento de outros que, no entendimento de muitos, poderiam, também, alçar a um pedestal de reconhecimento público e social.

Segundo Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, em algumas situações, “quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento” (FERREIRA, 2006, p. 79). É o que se entende, na maioria dos casos, quando se pensa em preservar algo e por alguma coisa na prateleira de patrimônio cultural. Em conversas com amigos que não são das ciências humanas, ou mesmo naquelas de bottequim, já ouvi em muitas ocasiões que patrimônio é aquilo que é velho, que está acabado, que precisa de um olhar do governo para ser restaurado com o objetivo de dar orgulho a quem pertence ou que pretende pertencer àquele lugar. Ouço também que patrimônio, e sua possível preservação (quando se trata de prédios, por exemplo), pode atrapalhar o progresso, uma vez que o forçado reconhecimento dificultaria desenvolvimentos econômicos, sociais, etc. de comunidades que poderiam viver muito bem sem aquela “velharia” que dificulta o crescimento local.

As considerações acima apenas aumentam a importância desta obra. Os textos aqui produzidos vão de encontro ao senso-comum, mostrando que patrimônio pode sim ser coisa “antiga”, “velha” ou em “estado de decomposição”,

mas que nem por isso são menos importantes e que não precisam ser lembrados ou preservados. Também abrem os olhos para mostrar que existem patrimônios que fizeram parte do passado, mas que estão muito vivos e contribuindo para a configuração social, econômica e política de cidades inteiras, ou de minicidades como o bairro de Peixinhos que, por sinal, se divide entre Olinda e Recife, duas das cidades mais importantes do país desde quando ainda éramos uma capitania pertencente a colonizadores vindos de Portugal.

Podemos lembrar que em nosso estado temos o Frevo como Patrimônio Imaterial, Lia de Itamaracá como Patrimônio Vivo de Pernambuco e a cidade de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade. São exemplos da importância da preservação de memórias individuais, coletivas, sociais, políticas, espirituais, econômicas e afetivas dentro de um estado que cria, reinventa e produz a cada momento novos patrimônios, dentre os tais estão aqueles descritos de forma tão brilhante ao longo desta obra.

Das organizadoras, destaco a presteza em escolher uma temática rica, frutífera e que em muito contribui para nossas reflexões sobre o nosso lugar no mundo e nos espaços que ocupamos dentro dele. Dos autores trago o olhar e a criticidade social, que busca em histórias, memórias e sentimentos, trazer à tona espaços e percepções de riquezas imensuráveis que este estado é capaz de legar. Aos leitores, os classifico como pessoas de muita sorte, por terem em mãos uma obra que nos faz viajar através de relações entre presente e passado, realidade e imaginação, aventura e descobrimento, sentimentos que vão da felicidade por se reconhecerem em alguns dos espaços, ou de furor por perceber que tais patrimônios não são reconhecidos como tais.

A todos vocês, muito obrigado e boa leitura.

Prof. Dr. Paulo Julião
Universidade Federal de Pernambuco
Recife, Primavera de 2019

Referências

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Narrativa e História. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D. (Orgs). História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 2006. pp. 17-24.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. Diálogos, v. 10, n. 3, pp. 79-88, 2014.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. Diálogos, v. 18, n. 2, pp. 637-660, 2014.

CAPÍTULO 1

PATRIMONIALIZAÇÃO DA “BUSCADA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE”: BEM CULTURAL DA CIDADE DE ITAPISSUMA – PE

Raquel Barreto Nascimento¹

Introdução

Cultura, Fé e Tradição são palavras que definem a *Buscada de São Gonçalo do Amarante*², realizada anualmente em Itapissuma, município litorâneo do estado de Pernambuco. A grande festa popular, realizada sempre no segundo domingo de janeiro, comove uma multidão de fiéis que acompanham os cortejos anualmente com alegria e devoção. Marcado pelo desfile de embarcações pesqueiras que atravessam o Canal de Santa Cruz e dão a volta na Ilha de Itamaracá, a “Buscada” movimenta a economia local pois atrai milhares de turistas a fim de participarem da festa, também estimulando a apreciação da culinária local. A cerimônia em homenagem a São Gonçalo, hoje padroeiro da cidade, tem o seu início há mais de 150 anos quando a imagem do Santo fora resgatada nas margens do Canal de Santa Cruz, como conta a tradição local.

O objetivo expresso neste capítulo é o de reafirmar a importância da *Buscada de São Gonçalo* para a economia do município e para a manutenção dos valores

1 Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;

2 Durante a redação deste artigo, iremos fazer referência à referida festa popular com Buscada, Buscada de São Gonçalo e Buscada de São Gonçalo do Amarante de Itapissuma, buscando fazer referência as distintas denominações atribuídas a manifestação cultural.

religiosos tradicionais, que poderão ser alcançados mediante a patrimonialização da referida festa cultural. Há que se registrar que o conceito de Patrimônio Cultural a partir da Constituição Federal de 1988 permitiu que os festejos populares se apresentassem enquanto fenômenos identitários das diferentes comunidades brasileiras, ao passo em que contribuem e constituem a identidade cultural nacional, como revela o Artigo 206:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Na definição proposta pela Constituição, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver da sociedade estão inclusos. No mais, acrescenta-se à lista de patrimônios culturais as obras, documentos, objetos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, o que faz com que tal artigo constitucional represente um importante marco para os múltiplos patrimônios brasileiros, que não mais se restringem ao “[...] grupo de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, proposto no decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que limitava a abrangência do patrimônio cultural brasileiro, como evidenciado nesta citação.

Por certo a criação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional - em julho de 1934, também representou um marco significativo para o conhecimento, manutenção e preservação dos patrimônios culturais no Brasil, sejam materiais ou imateriais, isto porque ao IPHAN é atribuída a responsabilidade de assegurar a preservação e manutenção dos bens culturais do país.

No entanto, apesar do avanço enunciado pela Constituição de 1988 em relação à nomeação e preservação dos patrimônios culturais, algumas das manifestações culturais que refletem os símbolos culturais da sociedade local continuam a ser invisibilizados pelos órgãos regulamentadores, sendo assim negados o seu direito de tombamento e preservação, ficando sujeitos à deterioração e conseqüente desvalorização de sua historicidade e tradição, como no caso da *Buscada de São Gonçalo do Amarante*.

Nesta perspectiva,

[...] a noção de patrimônio surge quando o indivíduo ou grupo de indi-

víduos reconhece como seu um objeto ou grupo de objetos. Essa concepção traz embutida a ideia de apropriação pelos indivíduos, e sugere que ele possui valor, apreço individual ou social atribuído aos bens de uma circunstância histórica e segundo o quadro de referências e representações (CAMPOS, PREVE & SOUZA, 2015, p 31).

Como se evidenciará ao longo desta exposição, patrimonializar o referido festejo popular significa reconhecê-lo como parte da identidade cultural da cidade e de seus membros, contribuindo para a sua visibilidade e legitimação enquanto traço identitário de um povo. Neste sentido, nos debruçaremos na análise de sua história e dos fundamentos legais sob os quais se tornam possíveis a sua devida patrimonialização.

Fundamentos legais e aparato teórico: sobre a patrimonialização das manifestações culturais

O Decreto de nº 3.551 de agosto de 2000 representa um avanço significativo no que diz respeito à possibilidade de patrimonialização das manifestações culturais, pois institui o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro. Os Registros, segundo o referido Decreto, podem ser feitos em diferentes Livros que visam contemplar a complexidade e diversidade dos Patrimônios brasileiros. Livros estes que abarcamos Registros dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares.

Para esta defesa em especial o que mais interessa é o que está disposto no “Livro de Registro das Celebrações”, disposto em seu parágrafo 1, artigo 2, criado com o intuito de se inscrever os “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entreterimento e de outras práticas da vida social.” Neste sentido, sendo um festejo de cunho coletivo e religioso, a “Buscada de São Gonçalo” se apresenta como propícia ao seu registro no Livro das Celebrações, que por sua vez tem como consequência a supervisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que se fará mediante o acompanhamento de sua documentação técnica pelo IPHAN – órgão, como já enunciado, responsável por chefiar os patrimônios culturais brasileiros.

Ao analisar as novas perspectivas e possibilidades de acautelamento dos patrimônios culturais brasileiros a partir da promulgação do Decreto nº 3.551/2000, Magno (2014, p. 2) aponta que a partir de sua divulgação, diversas manifestações culturais passaram a integrar o rol dos patrimônios culturais

brasileiros, destacando-se dentre eles: os meios de fazer e compor os ingredientes do acarajé baiano, os modos de dançar, cantar, tocar e viver o samba carioca do Jongo e as múltiplas formas de expressão culturais, de música, culinária, religião e demais atribuições que congregam a Festa do Divino Espírito Santo que acontece em várias regiões do país.

Tal afirmação não implica dizer que antes desta data, tais manifestações não fossem significativas para aqueles que se valiam de suas práticas, mas que, a partir de sua patrimonialização, lhes foi atribuída uma “categoria jurídica”. Neste sentido,

[...] reconhecer oficialmente um determinado bem como patrimônio cultural denota um tipo de atribuição de valor por parte do Estado. Ao assim proceder, o Estado identifica um relevante valor cultural e simbólico em um objeto. Por sua vez, esta atribuição de valor se dá calcada em parâmetros presentes na lei, Constituição, regulamentos etc., os quais absorvem uma determinada noção daquilo que se compreende como digno de ser valorado e protegido (MAGNO, 2014, p. 2)

Assim, pensarmos na necessidade de consolidação de um bem cultural como patrimônio implica compreendê-lo enquanto produto da valorização a que lhe é atribuído. Nesta lógica, os significados atribuídos são nutridos de memória, história e conflitos (MICHELON In MICHELON, 2012). Ao partirmos desta perspectiva, consideramos que a patrimonialização de um bem/manifestação cultural depende também da valorização que a sociedade o atribui, sendo possível tal ação em decorrência de uma valorização da memória, visando a construção de uma identidade social coletiva.

Neste sentido, a crescente preocupação dos órgãos responsáveis pela conservação dos patrimônios culturais – a exemplo do IPHAN - em atuar na preservação dos bens culturais reflete, essencialmente, no desejo de manutenção da memória dos diferentes grupos sociais. Tal movimento se firma para que estes não se mantenham estagnados em um passado distante mas, para que a sociedade tenha o direito de acesso à suas memórias e identidade, enquanto integrantes de uma sociedade que, apesar da constante rotatividade de seus significados culturais, anseia manter em suas tradições – refletidas também em suas celebrações - traços de sua história.

Neste sentido, “[...] mais que salvaguarda de resquícios do passado, a proteção do patrimônio cultural é um trabalho de reapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, com vistas a um futuro de relações sociais mais justas.” (BOJANOSK, GONÇALVES, SANTOS apud LIMA, JOHANSEN, 2015,

p. 20). Nesta perspectiva, Michelin (2012) aponta que “[...] a preservação dos considerados “bens culturais” é uma ação da cultura, variável, polêmica e negociada. Diferentes segmentos sociais aplicam determinado valor patrimonial a um bem em momento específico de suas trajetórias.”

Ricardo Oriá (1993) pontua que o Brasil, sendo um país de pouca tradição democrática, tem a discussão preservacionista como um capítulo recente em sua trajetória histórica. O autor destaca que o surgimento dos próprios órgãos oficiais datam da década de 1930 e que, somente com a redemocratização do país, após o regime civil-militar instaurado em 1964, é que têm-se a criação de novos espaços e perspectivas, sobretudo com a emergência de novos atores coletivos, “[...] protagonizados pelos movimentos populares que na cena política, reivindicam, através de suas associações e entidades organizacionais, uma melhor qualidade de vida traduzida na defesa do meio ambiente natural e cultural”. (ORÍÁ, 1993, p. 266).

Apesar de atribuir ênfase, neste primeiro momento, aos patrimônios ambientais, os escritos de Oriá (1993) dão vazão à defesa das manifestações culturais, inclusive os festejos, enquanto formadores da identidade coletiva e, sendo assim, portadores do direito de patrimonialização e valorização de seus espaços e memória. Repensando os conceitos de cultura, memória e cidadania, o autor defende que todo cidadão tem direito à cultura e, como consequência, à memória coletiva e ao passado histórico. Nesta perspectiva,

[...] a memória social ou coletiva, evidenciada através dos registros, vestígios e fragmentos do passado – os chamados bens culturais de uma dada coletividade –, constitui-se em referencial de nossa identidade cultural e instrumento possibilitador do exercício de plena cidadania. (ORÍÁ, 1993, p. 266)

Ao entender que o conceito de cidadania perpassa a questão jurídica e política, abarcando também os processos culturais, consideramos que todo cidadão tem o pleno direito de acesso à cultura – tanto de produzi-la quanto de vivenciar a memória dos signos culturais que evocam a sua identidade. Por isso, patrimonializar um festejo popular de tamanha importância como a *Buscada de São Gonçalo do Amarante* é o primeiro passo para a garantia da manutenção da tradição popular itapissumense, conferindo legitimidade à manifestação cultural.

História e tradição: um passeio entre a fé e a identidade cultural de Itapissuma - PE

A formação social do Brasil traz consigo elementos de sua abrupta colonização, apresentados também na forte influência da religião católica - introduzida no Brasil através dos missionários católicos durante a colonização - influenciando significativamente a formação de uma nova sociedade, moldada pelos anseios da cultura portuguesa. Nova porque “[...] surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos.” (RIBEIRO, 1995, p. 19). Como conclui Darcy Ribeiro,

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genericamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente (RIBEIRO, 1995, p. 20).

Neste sentido, apontamos que a forte influência da religião católica e dos símbolos culturais europeus se apresentam como um dos pilares da formação social do Brasil, reverberando até a atualidade. Torna-se impossível dissociar fé de cultura, uma vez que os símbolos cristãos compõem o panorama da cultura nacional. Nos valemos desta afirmação a fim de pontuar o legado dos santos cristãos para a formação sociocultural do país.

Por esta razão, nos deparamos com incontáveis santos de origem europeia que fazem parte do nosso cotidiano e representam a fé e a esperança da comunidade local, como é o caso de Nossa Senhora Aparecida, Santo Antônio, Imaculada Conceição, Santo Agostinho e muitos outros que foram sendo introduzidos na cultura e imaginário popular brasileiro durante a formação do país e que permanecem até a atualidade.

É também o caso de São Gonçalo do Amarante, nascido por volta de 1220 d.C. em Douro, cidade litorânea de Portugal. Sendo um homem comum, dedicara a sua vida às peregrinações religiosas, levando consigo a mensagem do amor a Deus e a fé. A trajetória de vida de São Gonçalo é pouco documentada, gerando muito desconhecimento e imprecisão sobre sua vida e seu ministério. Alcântara (2008), ao escrever o livro “São Gonçalo do Amarante e o Padre Antônio Vieira” destaca que São Gonçalo

[...] foi pároco em S. Paio de Vizela, tendo daí se afastado para peregrinar na Terra Santa por 14 anos, procurando na fonte a inspiração

para sua carreira de pregador. Ao retornar, o sobrinho que o substituíra nega-se a devolver a paróquia, antes o expulsa dali. Inicia então uma vida de eremita, pregando a palavra de Deus como um asteca pelo norte de Portugal, até se fixar em uma pequena ermida à margem do Tâmega (ALCÂNTARA, 2008, p. 5).

Notoriamente conhecido nas cidades em que passava por promover festejos, São Gonçalo costumava tocar viola e aconselhar e entreter as moças para que não pecassem. Sua preocupação estava voltada também para com as “namoradeiras”, que se relacionavam com vários homens. Diz-se que este dançava, sacrificando-se a fazê-lo sobre os pregos que trazia em seus sapatos. Tornou-se, neste sentido, conhecido como santo alegre e festeiro, protetor dos violeiros, das mulheres e casamenteiro das solteironas que invocam em seu proveito (ALCÂNTARA, 2008).

Através de seu ministério, São Gonçalo operou muitas conversões, levando o povo à prática de uma vida cristã, tendo grande importância para a disseminação das práticas religiosas católicas. Após seu falecimento em janeiro de 1262, seu corpo foi sepultado na capela onde realizava as pregações, continuando a efetuar muitos milagres a partir da intercessão dos fiéis. Posteriormente

Efetuaram-se três Processos em ordem à beatificação e canonização de São Gonçalo, o último dos quais foi levado a cabo por D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Porto, por comissão do Papa Pio IV (1561). A instâncias de El-Rei D. Sebastião, do Arcebispo de Braga, da Ordem dos Pregadores, do Cardeal D. Henrique e da população de Amarante, a sentença de beatificação foi promulgada a 16 de setembro de 1561, pelo representante da Sé Apostólica, confirmando-se a concessão de lhe tributar culto público permitido antes pelo Papa Júlio III (1551). Mais tarde, o Papa Clemente X, em 10 de julho de 1671, estendeu a toda a Ordem dos Pregadores e a todo o reino de Portugal a concessão de honrarem este glorioso santo, um dos santos mais populares de Norte a Sul do país, especialmente no Norte, com missa e ofício litúrgicos próprios. (POTIGUAR NOTÍCIAS, 2014)

Apesar do culto ao santo e as danças e comemorações que ocorrem dentro das igrejas em sua homenagem ter florescido nos séculos XVI, XVII e XVIII, a tradição perdura em terras portuguesas até hoje e se iniciou no Brasil durante a colonização, continuando a ser praticada em diversas regiões do país, o que inclui a cidade de Itapissuma que tem no referido santo o símbolo de sua religiosidade, cultura e tradição.

Itapissuma é uma cidade localizada no litoral pernambucano, tendo seus limites geográficos delimitados pelos municípios de Goiana, Igarassu e Ilha de Itamaracá. A dimensão territorial do município se estende por 74,2 km², contando com cerca de 23.000 habitantes. A economia local está voltada, principalmente para importantes polos: o setor industrial, as atividades de pesca artesanal e o setor de turismo. A etimologia da palavra *Itapissuma* tem origem Tupi e significa “Pedra Negra”. Severino Vicente (2012) ao escrever o texto “Itapissuma, Patrimônio da Humanidade” destaca que com a chegada dos portugueses na região, esta estava habitada por índios que “[...] utilizavam as grandes pedras negras existentes nas margens do canal para seu enfeite e de onde tiravam parte de seus alimentos, as ostras, que ainda hoje fazem a riqueza da localidade. Pedras negras e moles, é o que significa a palavra Itapissuma.”

Apesar do município se constituir como um crescente pólo industrial, a economia local tem se pautado também nas atividades pesqueiras, uma vez que a culinária local - reconhecida nacionalmente pela “Caldeirada de Dona Irene” - tem a sua preparação dependendo exclusivamente da utilização de frutos do mar. A referida Caldeirada tornou a cidade reconhecida pelo pioneirismo na elaboração do prato e pelo reconhecimento que este traz para a comunidade em relação ao turismo.

Iguaria típica, o prato se constitui na junção de camarão, lagosta, sururu, mexilhão, arraia e muitos outros frutos do mar com verduras e leite de coco. A comida típica surgiu da iniciativa da tão conhecida na cidade, Dona Irene. Regionalmente, a Caldeirada começou a ganhar fama, promovendo o nome da cidade e atraindo diariamente centenas de turistas. Ademais, muitos restaurantes locais passam a produzir a famosa iguaria, dinamizando o comércio local.

Dada a importância da Caldeirada para a valorização do município, em 2014 foi lançado um projeto de lei protagonizado pelo Deputado Estadual Antônio Moraes (PSDB), mediante o requerimento de Léo do Cartório - à época Secretário de Comunicação do município - a cidade recebe o título de “Capital Pernambucana da Caldeirada”. Neste sentido, a Lei 15.267/2014, que conferiu o título à cidade, faz com que Itapissuma seja referida nas publicações turísticas do Estado - o que colabora significativamente para o desenvolvimento local.

Responsável por movimentar parte da economia local, o comércio da caldeirada tem se constituído como fundamental para o desenvolvimento do município sendo incentivado e apreciada ainda mais durante a festa em homenagem à São Gonçalo - ou seja, durante a “Buscada de São Gonçalo do Amarante”.

Festa essa bastante conhecida na cidade e remonta ao século XIX, quando a imagem de São Gonçalo, como já anunciado anteriormente, aparece misteriosamente às margens do Canal de Santa Cruz e é levada pelos pescadores para a capela mais próxima. As tradições orais afirmam que a imagem desaparecia da capela durante a noite e reaparecia no litoral ao amanhecer, onde havia sido encontrada pela primeira vez. A partir daí, a população itapissumense resolvera construir uma capela em sua homenagem em 1861, dando início também aos cortejos.

Há que se registrar a importância da construção de uma narrativa histórica a partir da oralidade tem se apresentado como pedra fundamental para a estruturação dos acontecimentos que dão vida à comunidade local, como no caso da *Buscada de São Gonçalo*. Felipe e Alves (2016) tratam da importância da oralidade como um instrumento de preservação da memória coletiva, uma vez que

A história tradicional normalmente vem privilegiando o relato dos grandes sujeitos e acontecimentos, ou seja, é a história dos heróis; já a história oral busca dar voz aos pequenos eventos do cotidiano, que fazem parte de nossas vidas, dá ouvidos aos silenciados, mostrando o quanto também são sujeitos da história. Assim, uma das características dessa metodologia está no fato de que ela pode apresentar uma riqueza de detalhes que, muitas vezes, não são encontrados nos documentos (FELIPE & ALVES, 2016, p. 3).

Ao partir desta perspectiva, apontamos que a valorização da memória e identidade local se constituem como uma ferramenta de intervenção, a fim de que manifestações culturais não percam os traços de suas tradições com o passar do tempo, adquirindo novos símbolos que em muito se diferenciam de suas origens. Tal afirmação nos remete também à “Buscada de São Gonçalo do Amarante” que se constitui como uma manifestação cultural de simbólica importância para a cultura local mas que, devido ao esquecimento das raízes de sua celebração, tem adquirido novos significados ao longo dos anos, sendo necessário que haja a promoção de ações que visem retomar os valores tradicionais da festa popular.

O festejo, que movimenta multidões anualmente, se divide em dois importantes momentos: a *Levada* e a *Buscada*. A “Levada” consiste na condução por terra da imagem do Padroeiro para a Capela de São Paulo, localizada no bairro do Forte Orange, Ilha de Itamaracá, no primeiro domingo do ano. Durante a semana as celebrações na referida igreja são marcadas por festas religiosas, en-

volvendo crismas³ e novenas⁴. No dia da *Buscada* - que acontece no domingo posterior à *Levada* - as comemorações se intensificam, pois marcam o retorno do Padroeiro para a sua terra, envolvendo milhares de fiéis que se reúnem às margens do Canal para acompanhar a chegada do Santo à Capela fundada em sua homenagem. Regina Machado (2007), ao escrever uma matéria intitulada de *Buscada de São Gonçalo do Amarante* para o site da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) considera que

Esta grande homenagem ao Santo padroeiro de Itapissuma (...) é um ato de fé cristã, que no embalo da *Levada* e da *Buscada*, retrata a crença popular, a solidariedade, e a humildade do povo nordestino, em busca da paz entre os homens e da fé em Deus. (MACHADO, 2007)

No entanto, para além do colorido dos barcos, das flores, da alegria contagiante dos fiéis e da missa que vem a ser proferida pelos padres católicos durante o cortejo, uma tocante problemática se apresenta: a festa da “*Buscada*” tem adquirido novos significados nos últimos anos, dando lugar à presença dos aparelhos de som e de bebidas alcoólicas nos barcos lotados, evidenciando as contradições entre o sagrado e o profano. Atribuímos o avanço deste movimento ao desconhecimento e desvalorização da tradição sob as quais o festejo se firma que tem, em suas raízes o desejo de evidenciar a fé católica e os símbolos religiosos que permeiam a construção do caráter identitário da comunidade local.

No sentido de preservar os traços identitários da comunidade itapissumense, é necessária a valorização da *Buscada de São Gonçalo do Amarante* a fim de que a história, a memória e o sentido do festejo sejam evidenciados, contribuindo para a consolidação da identidade local que por certo tem na alegria e devoção elementos significativos para sua formação. Neste sentido, tal processo só poderá efetivar-se mediante o reconhecimento da *Buscada* enquanto integrante do rol dos Patrimônios Culturais Imateriais, levando em consideração a sua história e contribuição para a formação social de Itapissuma e Pernambuco, promovendo assim a manutenção e consolidação de suas práticas.

Considerações Finais

A patrimonialização de bens culturais perpassa pelo IPHAN que em parceria com os governos estaduais constrói o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural,

3 Sacramento em que se ratifica a graça do Batismo;

4 Reza de um conjunto de orações, em particular ou em grupo, realizada durante o período de nove dias.

que divide suas ações em três importantes eixos: a coordenação que visa garantir ações articuladas e mais efetivas sob o patrimônio, a regulação que trabalha com os princípios e normas gerais de ação e por fim o fomento, que promove incentivos direcionados, principalmente, para o fortalecimento institucional, a estruturação dos sistemas de informação de âmbito nacional e fortalece as ações coordenadas em projetos específicos. Desde sua criação em 1937 o IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros, desde que inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. (IPHAN, 2019)

Neste sentido, o reconhecimento oficial dos bens culturais só é possível mediante dois marcos jurídicos essenciais: a amplificação da compreensão de cultura abarcadas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, sobretudo no que diz respeito à previsão de bens materiais e imateriais como formadores do patrimônio cultural brasileiro e pelo Decreto nº 3551 de 2000, cuja redação instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. (MAGNO, 2014, p. 3)

Como visto, os aparatos legais se apresentam como um marco positivo para as possibilidades de patrimonialização dos bens culturais, uma vez que a partir de sua promulgação, a referida patrimonialização destes bens torna-se possível, conferindo legitimidade para as manifestações e representação para a comunidade local que se vale de seus atributos e a quem interessa a sua manutenção.

É neste sentido que situamos a necessidade da preservação e valorização da memória da comunidade local, ao passo em que se confere legitimidade para suas práticas. Nos é conveniente explorar a afirmação de Felipe e Alves (2016) quando estes apontam que os “[...] laços culturais, que se encontram envolvidos principalmente nas memórias dos homens e das mulheres, são o que sustentam a vida em comunidade”, a fim de destacar a importância da valorização da memória e identidade enquanto contribuintes para a construção de um sentimento de coletividade e representatividade das tradições frente à modernização desenfreada dos espaços de memória.

Não sem razão, Ricardo Oriá (1993) atenta para a existência de bens culturais de ordem emocional que irão se constituir enquanto

[...] expressões do sentimento individual ou coletivo e incluem tanto as existentes e as extintas, bem como aquelas em processo de elaboração ou transformação, compreendendo as manifestações folclóricas, cívicas, religiosas e artísticas, tanto eruditas como populares, e que se expressam através da música, da literatura, da dança etc. (ORÍÁ, 1993, p. 269).

Neste sentido é possível, a partir desta análise, que situemos a *Buscada de São Gonçalo* enquanto pertencente a estas expressões uma vez que compõe o sentimento individual e coletivo da comunidade itapissumense e consequentemente pernambucana. Como evidenciado durante esta exposição de motivos embasadas em aspectos legais, a “Buscada de São Gonçalo” se constitui como integrante da cultura itapissumense e de seus indivíduos, assim como para todo o estado pernambucano, uma vez que se caracteriza como um dos cortejos marítimos mais importantes da região. Mais do que considerar a “Buscada” como um bem cultural, patrimonializá-la é dar um importante passo rumo à identificação e legitimação dos costumes locais que envolvem tradição, fé e festa que tanto compõem a comunidade local.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Lúcio. São Gonçalo do Amarante e o Padre Antônio Vieira. Fortaleza: Editora Labirinto, 2008.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de; Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015.

FELIPE, Márcia L. de Freitas Macêdo. ALVES, José Willame Felipe. A importância da fonte oral como instrumento de resgate histórico das mulheres do Quilombo Sítio Arruda, no estado do Ceará. Associação de História Oral, 2016.

FERNANDES, J. Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. In.: Memória, História e Historiografia. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.13, nº 25/26, setembro 92/agosto 93.

GLOBO. Fiéis celebram São Gonçalo do Amarante com missa e cortejo marítimo no Grande Recife. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/01/06/feis-celebram-sao-goncalo-do-amarante-com-missa-e-cortejo-maritimo-no-grande-recife.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2019.

IBGE. Senso demográfico de Itapissuma. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma/panorama>. Acesso em: 08 jun 2019.

IPHAN. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em: 02 jun 2019.

LIMA, Samara Hevelize de; JOHANSEN, Elizabeth. Da teoria a prática: as políticas públicas de preservação do patrimônio arquitetônico em Castro-PR. Ateliê de História UEPG, 2015.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. Buscadade São Gonçalo do Amarante. PesquisaEscolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2007. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

MAGNO, Viviane. Uma breve análise do patrimônio cultural imaterial brasileiro na regulamentação do Decreto nº 3.551/2000: novas perspectivas e possibilidades de acautelamento. Conpedi, 2014.

MARQUES, Renata Lúcia. O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. Curitiba: 2011.

MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá; GONZALEZ, Ana Maria Sosa (Org.) Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos– Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. (e-book)

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. [S. l.]: Global editora, 1995

SILVA, Severino Vicente da. Itapissuma, patrimônio da humanidade. Programa que história é essa, 2012.

CAPÍTULO 2

“SÍTIO DOS VALENÇA” ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E BEM CULTURAL DA MADALENA

Luiz Vinícius Maciel Silva¹

Introdução

Quem foram os Irmãos Valença? Quem compôs a marchinha *Mulata* eternizada pelos carnavais Brasil a fora? O que é o pastoril dos Valença, festejo natalino dos idos de 1860? Que casinha antiga é aquela na rua José Osório cercada de concessionárias? O que foi o Grupo Familiar Magdalenense?

Perguntas como essas nos mostram como muitos recifenses não conhecem nem se relacionam efetivamente com espaços e manifestações culturais de grande contribuição para a cultura da cidade. Muitos lugares de memória do município passam despercebidos no cotidiano de muitos de seus habitantes.

O exemplo analisado neste artigo é o do sobrado-sede do antigo Sítio dos Valença, localizado no bairro da Madalena no Recife. Local de grande contribuição cultural para o bairro em que se insere, mas também em outras instâncias do Estado de Pernambuco e o Brasil. Na última década do século XIX, lá nasceram os irmãos Raul e João Valença, compositores bastante referenciados na música popular; no sítio aconteciam, anualmente, os pastoris da família que reuniam dezenas de espectadores para suas apresentações desde meados do século XIX; entre outras manifestações de importância como folguedos juninos, carnavalescos e apresentações teatrais. O local e sua contribuição cultural, entretanto possuem pouco reconhecimento pelos sujeitos que o rodeiam, bem

¹ Licenciando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

como pelo poder público que ainda não o trata como bem cultural da cidade do Recife. Assim, percebe-se que este lugar de memória com toda a importância e carga simbólica que carrega, acaba deixando sua relevância nas entrelinhas da identidade local, ou seja, tem seu potencial de ser referência histórica e cultural para a região mal explorado.

O entendimento do Recife como um dos principais focos de efervescência da cultura brasileira e o destaque de sua produção desde meados do século XIX, torna necessário lançar um olhar atento para os bens culturais da cidade e da compreensão da potência dos espaços e manifestações, buscando evidenciar a importância de seus lugares de memória.

Ao assim considerar, o presente artigo objetivou suscitar argumentos que legitimem esse lugar de memória recifense (e madalenense) como bem cultural da cidade, traçando caminhos para a percepção da sua importância e relevância na história cultural e local de Pernambuco. Isso se dá com a compreensão do cenário de vivência e produção de cultura que ali tomou forma; bem como de seus atores, suas produções, os espaços estabelecidos no Sítio dos Valença e as produções que circularam ao longo de Pernambuco e do Brasil, porém frutos desse lugar.

História local, lugares de memória e bens culturais

Analisar o objeto em questão nos leva a compreender sua inserção na comunidade de seu entorno e como este revela aspectos relevantes da sua região. Com isso, lançar mão de aspectos da história local é central nessa interpretação. Para uma operação histórica com essas ferramentas, o historiador inglês e membro do grupo da *history from below* (história vista de baixo), Raphael Samuel expõe:

A História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (SAMUEL, 1990, p. 220).

Ou seja, o que o autor propõe é um fazer historiográfico que compreenda uma metodologia distinta das produções que levam em consideração espaços mais amplos de análise histórica. Um estudo localizado - por excelência restrito a uma região, um lugar - deve focalizar na experiência de um local, na relação

dos seus sujeitos com cada um dos elementos ali presentes, as sensações que permeiam essa relação. Por essas razões há a defesa de que se dê atenção a cada pequena nuance do local estudado, seus muros, seus cheiros, seus tijolos, seus sons, etc. (BARRETO, 2014).

O Sítio dos Valença é um desses objetos que demonstram a história de um local, mesmo que de certa maneira perdida entre aqueles que protagonizam seu cotidiano atual. Porém, é evidente como esse espaço tem a potência de falar sobre a história do bairro da Madalena, atuando como um lugar de memória dessa região. Isto porque, aqueles muros guardam muitos dos momentos de congregação dos habitantes do bairro, suas práticas culturais e socialização enquanto comunidade.

Como já conceituou Raphael Samuel na sua perspectiva de experiência histórica, vem à tona, para nós, a ideia de memória e história para Pierre Nora, teórico da noção de lugar de memória. Para ele memória tem relação direta com estruturas de pensamento compartilhadas entre um grupo, é uma relação que encontra materialidade impositiva no cotidiano, na experiência.

[...] ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos (NORA, 1993, p. 8).

Esse instrumento de reconhecimento coletivo que seria a memória é desarticulado, segundo o autor, com o advento da modernidade que forja a “multiplicação de memórias particulares”. Com isso surge a necessidade de estabelecer a história enquanto ferramenta de entendimento do passado. Nesse sentido, Marcia Arévalo interpreta:

[Para Pierre Nora] A história é o correlato opositor, como narrativa unificadora ela separa e seleciona os fatos. Petrifica, congela e, sobretudo, mata os momentos de memória, pois coloca o passado como algo distante e misterioso, portador de uma aura que deve ser sempre analisada, criticada e revista. A história cria uma identidade universal que precisa ser absorvida em contraposto às várias identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica. (ARÉVALO, 2007, p. 3).

Nora sintetiza que “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo”

(NORA, 1993, p. 9). Com isso emerge a necessidade de lugares de memória que seriam, para o autor, locais que serviriam à noção de que não existe memória espontânea, é necessário organizá-la, arquivá-la, dar nota, ou seja, espaço que nos dê “a possibilidade de acessar a uma memória reconstituída que nos dê sentido necessário de identidade” (ARÉVALO, 2007, p. 4).

Dessa perspectiva é possível compreender o Sítio dos Valença como potencial lugar de memória da história do bairro e da efervescência cultural que ali tomou forma, uma vez que elementos culturais pernambucanos como o frevo, maracatu, canções juninas, entre outros, além do circuito de teatro amador recifense, se relacionam com o local. Entretanto, o local ainda é considerado atualmente como um lugar comum pelo os sujeitos de seu entorno, sem que a população compartilhe efetivamente do histórico que o qualifica como lugar de memória. O esforço empregado é de dar a significação necessária a este espaço para dotá-lo desta rotulação como traz Nora: “Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica.” (NORA, 1993, p. 21).

A compreensão do espaço analisado enquanto potencial lugar de memória, nos leva a associá-lo, também, com o conceito de bem cultural como exposto no verbete do Dicionário do Patrimônio Cultural do IPHAN: “[...] o bem cultural é entendido como aquele bem que deve ser protegido, em virtude de seu valor e de sua representatividade para determinada sociedade” (GUEDES, 2016). Visão essa que se coaduna com a abordagem que a Constituição Federal de 1988 faz do conceito no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A compreensão da amplitude que o conceito de bem cultural nos traz é fundamental para analisar o local escolhido, pois não só busca-se valorizar o imóvel atualmente existente, mas também toda a vivência cultural e produção artística que esse espaço protagonizou. Tornando o Sítio dos Valença a referência que é para sua localidade. Nesse sentido a defesa que se faz é não somente o sítio como um bem cultural, mas como potencial lugar de memória na perspectiva de Nora.

O Sítio dos Valença: espaços, festejos, memórias e sujeitos

O sobrado-sede do antigo Sítio dos Valença é acessado, atualmente, pela rua José Osório no bairro da Madalena, porém, no passado, o sítio configurava-se com mais uma das propriedades a margem da avenida Caxangá. Nos dias de hoje só nos resta de fato a antiga casa de características oitocentistas com porta e algumas janelas. O terreno do sítio foi loteado dando origem a várias unidades do bairro, tanto de casas, sobretudo dos Valença descendentes de seus antepassados proprietários, mas, também, do comércio característico da região.

A visão dos transeuntes do local é impossibilitada pela disposição dos imóveis atualmente, que de certo modo circundam o antigo sobrado. Uma consequência disso é a diminuição da curiosidade da população por esse espaço já que, por uma disposição arquitetônica de seus vizinhos, tem sua fachada escondida. Entretanto, a relevância histórico-cultural que o lugar carrega não deve ser ofuscada como a fachada da casa encontra-se. No local tiveram lugar inúmeros festejos, agremiações culturais do Recife, produção artística de nomes consagrados da cultura pernambucana, entre outros ingredientes que dão importância e relevância a esse espaço.

Segundo relatos de Lígia e Guiomar Valença - filhas de João Valença, e de pesquisadores da cultura popular pernambucana como Leonardo Dantas Silva e Renato Phaelante, no curta-documentário produzido em 2008 pelo curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, Carnavaleça - o sítio possuía intensa produção cultural no local desde meados do século XIX. Citando ensaios de escritores, como Ascenso Ferreira, desde 1865 existem festas natalinas no sítio, como presépios e pastoris. Membros da família mencionaram em entrevista que a tradição do pastoril, apesar de alguns hiatos, é mantida pelos descendentes, especialmente pela relevância que os folguedos tinham com a população local que, no passado, comparecia às apresentações, disputando o melhor lugar para colocar suas cadeiras e acompanhar os espetáculos natalinos.

Os grandes catalisadores da efervescência cultural que lá existia foram os irmãos Raul e João Victor Valença, nascidos no próprio sítio em 1894 e 1890 respectivamente. A partir da década de 1910 deram novo fôlego aos folguedos que ocupavam o espaço do sítio, sendo o principal fruto disso o coletivo de teatro amador conhecido como Grupo Familiar Magdalenense. O grupo foi fundado e mantido pelos irmãos junto com outros amigos e familiares, tendo em Raul e João duas figuras de destaque (BARBOSA, 2009).

A história do grupo tem relação íntima com o cenário de outras agremiações de teatro amador que atuaram no Recife nas décadas de 1920 e 1930, a exemplo deles o Grupo Afogadense, o Grupo Gente Nossa entre outros. Assim expõe Virginia Barbosa, sobre a cultural recifense:

Nas décadas de 1920 e 1930, a cidade do Recife era tida como palco pioneiro e escola de teatro. Por aqui passaram e se apresentaram diversas companhias de teatro para o deslumbre e aplausos do espectador recifense. Foi também nessas décadas que surgiu o que Valdemar de Oliveira chama o ciclo das operetas pernambucanas: os Irmãos Valença lançam Coração de violeiro, O gato escondido, Noites de Novena; Nelson Ferreira escreve com Silvino Lopes O sargento sedutor; Valdemar de Oliveira faz as partituras para as operetas de Samuel Campelo A madrinha dos Cadetes, A rosa vermelha, Aves de Arribação; e escreve Bobby e Bobete, representada pela carioca Rosália Pombo, e Ninho Azul (BARBOSA, 2009).

O destaque para o Grupo Magdalenense se dá pela construção de uma casa de exibição no próprio bairro, em relatos contidos no curta-documentário já citado. Essa iniciativa conferiu protagonismo às apresentações do grêmio no contexto do bairro da Madalena, naquele momento um dos subúrbios de classe média do Recife, garantindo mais um espaço de vivência cultural que relacionava os habitantes da região com a família.

Além de participantes, promotores e anfitriões de agremiações teatrais, a principal contribuição dos irmãos foi na música. Donos de várias composições nos gêneros marchinhas, maracatus, frevos, marchas juninas etc. No curta-documentário já referenciado historiadores e críticos musicais afirmam como o contexto de produção cultural do sítio, seus presépios e pastoris, tiveram influência decisiva na formação musical e artística dos irmãos, que ao mergulharem na de produção artística que o Recife se encontrava puderam contribuir largamente.

O principal marco da produção musical dos irmãos foi a composição do frevo *Mulata* ainda na década de 1920. Já que muitas das composições carnavalescas eram enviadas para gravação no Rio de Janeiro a canção tomou rumos muito peculiares, como trata José Teles:

Foi numa dessas remessas de partitura para gravação no Rio que Lamar-tine Babo apropriou-se de um frevo-canção, originalmente intitulado “Mulata”, dos irmãos Raul e João Valença. Com o nome de “O Teu Cabelo Não Nega” (seus versos iniciais) o frevo transmudou-se em marchinha vencedora do concurso carnavalesco de 1932 e virou um clássico da

música popular brasileira, provavelmente o maior sucesso carnavalesco em todos os tempos. No selo do 78 rpm não aparecia o nome dos Valença, mas um vago “Marcha – Motivo do Norte – arranjo de Lamartine Babo” [...]. Raul e João ganhariam na justiça o direito à co-autoria de “O Teu Cabelo Não Nega”. A música original com todos os versos somente seria registrada em 1976, no LP Carnavaleça, interpretado pelo cantor Expedito Baracho, com acompanhamento da orquestra de Nelson Ferreira (TELES, 2000, p. 33).

O autor ainda traz a letra original, pré-Lamartine Babo

O teu cabelo não nega mulata/ Que tu é mulata na cor/ Mas como a cor não pega mulata/ Mulata eu quero o teu amor/ Tu desse um curto circuito/ Que ruído/ Queimou-se os fuzivi/ Incrivi/ Porque por estes teus dois quartos de fama/ Mulata/ Passa corrente da trama. (TELES, 2000, p.33).

O que essa composição nos revela é a amplitude que a produção dos irmãos pôde chegar. Desde peças teatrais amadoras no cenário de seu bairro no Recife, passando por produções de cultura popular atingindo grande público em Pernambuco como Mandarim, Tive um sonho que durou três dias, entre outras; até Mulata/O teu cabelo não nega, uma marcha carnavalesca que acompanha foliões por todo o país (BARBOSA, 2009).

Essa realidade nos leva a relacionar com uma reflexão de Raphael Samuel e a história local, que sustenta a construção de um entendimento de um cenário mais amplo a partir dos fragmentos da história, ou seja, aquilo que está localizado nas vilas, nos bairros, nas esquinas etc. (SAMUEL, 1990). Enquanto lugar de memória, o espaço sob análise serviria, consistentemente como esse instrumento de reconexão dos moradores da região com um passado, uma narrativa que se perdeu ao longo tempo, a partir de dinâmicas que individualizam as memórias e afastam os sujeitos dos processos que podem identificá-los enquanto grupo ou parte da história local.

Com o cenário analisado fica claro a caracterização do espaço enquanto bem cultural do bairro da Madalena e, também, da cidade do Recife. Evidenciando, sobretudo, a vivência cultural que o local teve ao longo dos séculos XIX e XX através dos folguedos e festividades; e sua relevância para os diversos níveis da cultura (local, estadual, nacional), devido dos atores que produziram cultura de abrangência nos diversos níveis citados. Além disso, o potencial dessa caracterização é fortalecido pela necessidade de assegurar para a população sua importância e que novos usos podem ser dados ao local.

Considerações finais

O Sítio dos Valença, como já considerado ao longo do texto, instância cultural de relevância para o bairro da Madalena, para a cidade do Recife, para o Estado de Pernambuco e para o Brasil, figura dessa forma como um espaço de potencial histórico-cultural ainda não devidamente valorizado. Assim, nos apresentam os desafios de dar essa roupagem a esse local, inseri-lo no status de valorização simbólica que merece, uma vez que ainda não é reconhecido do ponto de vista cultural e histórico pela população de seu entorno, evidenciando a pertinência de recuperar o protagonismo sociocultural do sítio.

O sobrado-sede que resiste as modificações do seu entorno possui um potencial ímpar de ser ponto de referência para a vivência cultural da região. Dessa forma podendo-se tornar um centro de memória, por exemplo, do pastoril, dos festejos natalinos, do teatro amador recifense, da memória dos Irmãos Valença, do cenário cultural da Madalena ou todas essas manifestações juntas, estabelecidas enquanto manifestações que dialoguem com esse espaço dando protagonismo e o patrimonializando desse espaço como um ponto chave da cultura da cidade.

Uma característica importante do local é que, tornando-se um centro de valorização dessas manifestações ele de fato cumpriu o papel que lhe dá identidade a este espaço onde essa cultura foi produzida e vivenciada, estabelecendo uma relação direta com sua história ali construída. No Recife, temos exemplos de espaços nesse sentido. O Paço do Frevo, propõe manter viva a memória e vivência do frevo, porém instala-se na antiga sede da *Western Telegraph Company*, companhia de telégrafo inglesa que atuava em Pernambuco. Ou seja, o lugar ganha uma outra função, mas originalmente seu imóvel possuía outro fim. Em contraste, temos o Museu do Trem do Recife, localizado na Estação Central da cidade, ou seja, a temática proposta tem relação direta com a herança de utilização do espaço.

Outro fim que o objeto analisado apresenta potencial, é tornar-se bem cultural e espaço de memória passível de patrimonialização, além de fazer parte de um roteiro histórico-afetivo do bairro da Madalena, pois, em geral, bairros fora do circuito central e turístico da cidade não recebem o devido aporte financeiro do poder público para criação de espaços como esses. Exemplo disso é o enfoque dado ao bairro do Recife, realçando sua importância histórica e urbanística de um ponto vista comercial e turístico, porém não dando a devida atenção e investimento aos bens culturais que existem em bairros descentra-

lizados da cidade, precarizando a vivência cultural dos habitantes locais e demonstrando que o poder público ainda falha em garantir espaços que auxiliam na formação sociocultural e a da noção de pertencimento da população local.

Baseando-se em dispositivos do Plano Nacional da Cultura, presente na Constituição Federal de 1988 que lega ao Estado o dever de democratizar o acesso aos bens de cultura, garantindo sua disponibilidade e acesso à população. Assim um bairro que se revela muito rico histórico e culturalmente deve ter um instrumento para abordar sua história, ampliando o acesso de seus moradores a estes bem culturais, tornando-os referenciais para sua construção identitária.

Referências Bibliográficas

ARÉVALO, Marcia. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. Revista História Hoje. v. 3, nº 7. Jul. 2007.

BARBOSA, Virgínia. Irmãos Valença. Pesquisa Escolar online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 23 de junho. 2019.

_____, Virgínia. Grupo Gente Nossa. Pesquisa Escolar online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 23 de junho. 2019.

BARRETO, Raylane. Raphael Samuel e a história local. In: MESQUITA, Ilka; VALLE, Ione; CARVALHO, Rosana; FARIA FILHO, Luciano (Orgs.). Nas dobras de Clío: história social e história da educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. P. 83 – 102.

BITENCOURT, José Neves. Em torno da serventia atual dos museus: algumas reflexões sobre políticas de aquisição. Revista Eletrônica Ventilando Acervos. Florianópolis, v. 1, nº 1, p.43 – 62, nov. 2013.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 de junho. 2019.

CADENA, Silvio. Os elefantes não esquecem: uma casa azul e o sentido de sua existência. Blog Empório Pernambucano. Recife: 2008. (Ensaio). Disponível em: <https://www.emporiopernambucano.com/single-post/2018/02/18/OS-ELEFANTES-N%C3%83O-ESQUECEM-UMA-CASA-AZUL-E-O-SENTIDO-DE-SUA-EXIST%C3%80NCIA>. Acesso em: 23 de junho. 2019.

CARNAVALENÇA. Projeto Experimental em Jornalismo 2008.1. Roteiro, produção e edição: Ívina Guedes, Mariama Correia e Thaís Neves. 2008 (20 min. 02 segs.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Heim2g6w3V0&t=284s>. Acesso em: 23 de junho. 2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pastoril dos Irmãos Valença completa 150 anos e preserva tradição do ciclo natalino. 05/10/2015. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2015/10/05/internas_viver,601551/pastoril-dos-irmaos-valenca-completa-150-anos-e-preserva-tradicao-do-ciclo-natalino.shtml. Acesso em: 23 de junho. 2019.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. Revista Brasileira de História. v.9 nº 19. set. 89/fev. 90. São Paulo: 1990. P. 219 – 243.

CAPÍTULO 3

FORMAS DE VENDER, FAZER E LAZER: PROPOSTA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA FEIRA DE PEIXINHOS (PE) ENQUANTO ESPAÇO DE COMÉRCIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Tayanne Adrian Santana Morais da Silva¹

Introdução

A categoria “patrimônio” se refere a um constructo bastante recente nos debates em meio as políticas públicas voltadas para a preservação cultural. A ênfase do patrimônio em bens materiais tais como conjuntos arquitetônicos e coleções artísticas, no entanto, foi significativamente alterado pela Constituição de 1988, passando a abranger como patrimônio cultural brasileiro “[...] os bens de natureza material e imaterial [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Sob esse viés, o entendimento acerca dos patrimônios culturais passa a incorporar não só os bens tangíveis, mas também as formas de expressão, saberes, ofícios e lugares que constituem a identidade e memória de dada sociedade.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em paralelo com as definições da Unesco, entende como patrimônio imaterial

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas
- junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que

¹ Aluna da graduação do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

lhes são associados - que as comunidades (...) reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN, 2014, s/p)

Nesse contexto, o reconhecimento do bem cultural imaterial está baseado em seu aspecto valorativo, não tendo como objetivo último o tombamento - entendido aqui como proteção do bem material em relação a possíveis modificações em sua estrutura - mas sim o registro do bem imaterial enquanto direito a memória de um grupo, valorização de sua identidade e estímulo a preservação do bem de natureza imaterial (SILVA, apud GONÇALVES, 2012).

Considerado o papel do reconhecimento de bens culturais como patrimônios, o presente estudo sugere o registro da Feira de Peixinhos, circunscrita no bairro de mesmo nome, localizado em zona de interstício entre Recife e Olinda (PE), enquanto Patrimônio Imaterial desta última, conforme as designações do Decreto 3551/2000 que divide o registro dos patrimônios imateriais em quatro livros, sendo eles os *Livro das Celebrações*, *Livro das Formas de Expressão*, *Livro dos Saberes* e *Livro dos Lugares*. A problemática deste artigo será em torno de como elementos sociais e culturais ligados a memória e identidade do bairro estão presentes na Feira de Peixinhos, com o objetivo de pensar o reconhecimento desse lugar como representação e também valorização da cultura popular do bairro.

O interesse pelo bairro de Peixinhos ocorreu inicialmente pela intensa produção cultural e de movimentos sociais no bairro, tais como o Movimento Cultural Boca de Lixo (MCBL), o Balé afro Majê Molê e o grupo de maracatu denominado Maracambuco. O bairro é descrito por alguns autores como o berço do rito pernambucano *Mangue Beat*², devido a influência das bandas locais no processo de criação do principal nome do movimento, Chico Science. Além disso, a atuação dos moradores³ do bairro prima pela revitalização e reconhecimento do antigo Matadouro de Peixinhos como sítio histórico, o que denota a importância que os habitantes do entorno delegam aos espaços de memória do bairro.

A escolha da Feira de Peixinhos - como passível de ser um bem cultural - deu-se pelo fato de que o comércio informal da região é a maior fonte de renda

2 Sobre a relação de Peixinhos com o Movimento Mangue Beat, ver Machado (2003): Do Matadouro ao Nascedouro: a criação de novos espaços de participação juvenil.

3 De acordo com Machado (2003), os moradores do bairro e integrantes de grupos culturais da cidade de Olinda iniciaram o processo de ocupação do prédio já na década de 1980 e que integrava o complexo do Antigo Matadouro Industrial de Recife, com o intuito de desenvolver atividades culturais e diminuir a criminalidade que estava crescendo no entorno.

do bairro e sob esse viés econômico, a Feira desempenha um papel importante nas rendas das famílias desse recanto da periferia das duas cidades. Reconhecendo as feiras como espaço de manifestações da cultura popular, o fator identidade local, também se constitui como um dos eixos desse artigo, tendo em vista que é pelo comércio, a lembrança das avós, os amigos que encontram e as atividades culturais no espaço da Feira de Peixinhos que os entrevistados identificam esse espaço como parte da identidade do bairro. Nesse sentido, os elementos que pretendo abordar neste artigo confere a Feira de Peixinhos a possibilidade de registro conforme as especificidades do Livro dos Lugares que abrange “[...] mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (BRASIL, 2000).

Vale ressaltar que o bairro de Peixinhos se constitui como elo entre as duas cidades e é berço de efervescência cultural e de movimentos sociais e é no espaço da Feira de Peixinhos que trocas simbólicas e expressões culturais do bairro se dão em meio à disposição urbana. Com o intuito de entender as dinâmicas do lugar, vali-me da pesquisa de campo que segundo Vergara (2009, p. 43), se configura como uma “[...] investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo, podendo incluir entrevistas e observação participante ou não”.

Nesse sentido, a pesquisa de campo que se desenvolveu na Feira de Peixinhos, teve como um dos aspectos norteadores o aproveitamento máximo do diálogo com os sujeitos do bairro localizado no seio da cidade de Olinda. Para atender aos critérios metodológicos da pesquisa, foi utilizada a coleta de dados, mediante a observação realizada na pesquisa de campo e levantamento bibliográfico. Também foi de fundamental importância a entrevista semiestruturada, pois segundo a proposição de Fraser e Gordin (2004, p. 139) a entrevista se constitui como uma “[...] forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca”. Nesse sentido, foram entrevistados seis sujeitos envolvidos com o lugar, dentre os quais, dois feirantes que preferiram não se identificar, dois moradores locais e dois integrantes do MCBL. A ideia foi colocar em perspectiva a fala dos moradores de Peixinhos sobre a feira e possivelmente identificá-la como espaço importante para a identidade dos habitantes.

Também foi de fundamental importância os estudos de Abreu (2012), Ghirardello e Spisso (2008) e Silva (2012) para fundamentar as reflexões acerca da importância do processo de patrimonialização de bens imateriais para a

valorização da cultura. Sobre a história do bairro de Peixinhos, utilizamos os estudos de Paula (2009), moradora do bairro e considerada uma *griot* pernambucana⁴. O dossiê, produzido pela Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que toma a Feira de Caruaru como objeto de registro no Livro dos Lugares também foi utilizado no presente estudo com a finalidade de cotejar os elementos que conferem o título a Feira de Caruaru a nível regional e que podem ser percebidos na Feira de Peixinhos a nível local.

Patrimônio cultural imaterial: uma reflexão sobre a relação do bem cultural com a memória e identidade local

Os crescentes debates acerca da preservação do patrimônio cultural fomentaram diversas iniciativas dos poderes públicos com o intuito de salvaguardar o legado que compõem a cultura material e imaterial brasileira. Dados obtidos através do IPHAN, apontam a relação existente entre a preocupação com o patrimônio cultural e a preservação da identidade cultural e histórica de dada sociedade. De acordo com Ghirardello e Spisso (2008, p. 13), a noção de patrimônio cultural está associada ao “[...] conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos sociais”. Desse modo, a construção de identidades e a preservação da memória coletiva depende, então, de uma série de mecanismos que visam preservar os bens culturais, a fim de evitar a destruição da herança cultural.

Com base em estudos antropológicos, já no século XX, foi iniciado o processo de construção do Inventário Nacional de Referências Culturais com o objetivo de formalizar e orientar os futuros registros (ABREU, 2010). A flexibilidade da participação de diversos profissionais e da sociedade civil como um todo foi a tônica do desenvolvimento do Inventário, além disso, ainda de acordo com as noções de cultura advindas da Antropologia, o patrimônio imaterial pode ser entendido também enquanto expressões culturais a exemplo dos modos de fazer - nas quais se incluem as técnicas dos ceramistas, rendeiras, xilógrafos - os ritmos musicais, as danças e festividades. Sendo assim,

O que se observa neste campo é que a noção de que as culturas devem ser valorizadas em suas singularidades se tornou preponderante no fi-

4 Sobre Zuleide de Paula, ver mais em L’Odòr (2014): Dona Zuleide de Paula uma *griot* orgânica, uma espécie de Marc Bloch olindense, uma annales da história de seu bairro.

nal do século XX, desencadeando o desabrochar de uma pluralidade de grupos e interesses que, até então, permaneciam ou à margem da sociedade ou sobrevivendo sob a tutela do Estado (ABREU, 2010, p. 74).

Assim, as especificidades da cultura de dada sociedade podem ser percebidas através de seu patrimônio cultural, pois é nele que os elementos identitários, costumes, crenças, saberes tradicionais e valores estão contidos. Além do fator econômico, o valor desses bens, em especial dos bens de natureza imaterial estão no campo afetivo e por isso, “[...] a apropriação destes como expressão da identidade e reconhecimento de uma coletividade” (SILVA, 2012, p. 171) deve ser feita através da leitura desse patrimônio como bem simbólico. A tomada de valor desses legados culturais, possibilita a valorização do grupo em que está inserido e reforça a ideia de pertencimento e noções de identidade em um movimento de valorização das manifestações culturais.

O movimento de patrimonialização desse tipo de bem simbólico está calçado, portanto, no reconhecimento da identidade e memória dos grupos sociais que se expressam através dos bens culturais que deles fazem parte. Tal processo, encontra na Feira de Caruaru e no Frevo os maiores exemplos de como esses bens são reconhecidos e lidos como parte da identidade pernambucana e que por isso, devem ser preservados e valorizados. Silva (2012, p. 180) reforça a ideia de que é no valor afetivo atribuído a esses bens que o processo de patrimonialização encontra sua justificativa. Isto por que

A categoria de bem simbólico é conferida ao patrimônio quando o mesmo é voltado às lembranças, ao passado, e a identidade como no caso de se frequentar lugares como a feira de Caruaru, saborear certos pratos típicos e participar de determinadas festividades como o samba se roda do Recôncavo Baiano e as danças regionais, como o frevo. O sentido de apropriação destes bens culturais reside não em lucros, trocas ou no espetáculo em si, mas em lembranças, símbolos e signos que são ativados quando os mesmos são lembrados, vivenciados ou consumidos (SILVA, 2012, p. 180).

Ao contemplar os elementos que compõem o patrimônio cultural dos diversos grupos sociais existentes no Brasil, a noção de patrimônio imaterial que tomamos no presente estudo remete a reflexão de que o reconhecimento dos bens culturais imateriais assumem importância fundamental na valorização da identificação e da construção da memória coletiva dos habitantes locais em que o bem a ser registrado se encontra. Nesse sentido, reconhecer a importância cultural e

social do bairro de Peixinhos, tendo na sua Feira Livre um dos ambientes em que se manifesta a identidade e a memória coletiva do lugar, é também atribuir valor simbólico ao bem de caráter imaterial como meio de valorizar a cultura popular de um dos bairros mais importantes para a história e cultura pernambucana.

Peixinhos: o bairro do Mangue Beat, do Matadouro e da Feira

O histórico do bairro tem início com a fundação do Engenho de Nossa Senhora da Ajuda pelo fidalgo Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho – o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco. No século XVII a localidade foi renomeada como Engenho Velho e Forno da Cal e passou para as mãos do inglês Henry Gibson em 1859 através do foro concedido pelo Município de Olinda. Foi nessas terras que surgiu o bairro de Peixinhos alguns anos depois, tendo esse nome devido a abundância de pequenos peixes que se encontravam no rio próximo da localidade, o Rio Beberibe. De acordo com Paula:

[...] havia cardumes de um pequeno peixe. Ninguém sabia o nome dos pequenos peixes. Todos conheciam os dos outros, mas dos peixinhos, não. Vinha gente pescar de bairros do Recife, como Santo Amaro e Casa Amarela. Quando os pescadores se encontravam, já combinavam: “vamos pescar no rio dos peixinhos”. O tempo foi passando e o nome foi ficando” (PAULA, 2009, p. 13).

A divisão do bairro ocorreu por questões administrativas entre as cidades de Olinda e Recife se deu no início do século XIX, em que a parte mais desenvolvida, com sistema de bondes elétricos e estabelecimentos de grande porte ficou ao lado de Recife, enquanto a maior parte e também a mais pobre foi delegada a cidade de Olinda.

Peixinhos começou a se desenvolver com mais rapidez a partir da instalação do Matadouro Industrial da cidade do Recife em 1919, mas é somente com a inauguração da Fábrica da Fosforita, em 1957, que o bairro tem seu primeiro *boom* populacional com o assentamento de vários trabalhadores da fábrica e suas famílias. A instalação da Fábrica, que a priori influenciou o desenvolvimento do bairro na segunda metade do século XX, trouxe também uma série de problemas ambientais e sociais para Peixinhos. Conforme Paula (2009, p. 13), isto se deu porque a Fosforita que “[...] da mesma forma que atraía trabalhadores, contribuiu para o aumento desordenado da população e, conseqüentemente, para o surgimento de favelas”.

Com o início da ocupação da localidade e o aumento do fluxo de pessoas com a instalação da fábrica, surge também as demandas da população que, para realizar atividades comerciais, precisava se deslocar para os bairros vizinhos. De forma tímida, já na década de 1940, o comércio de rua foi ganhando espaço e se estendendo pelas principais vias de acesso ao bairro, dando origem ao que ficaria conhecido como a Feira de Peixinhos, que tinha início na antiga Rua da Canequinha (atual Avenida Antônio da Costa Azevedo) e se espalhava ao longo da Avenida Presidente Kennedy. A ocupação desordenada da feira, representava assim o crescimento problemático do bairro, em meio a falta de infraestrutura e de saneamento básico. Por isso, a Prefeitura de Olinda, na década de 1990, em meio ao auge da Feira como a maior da Região Metropolitana do Recife (RMR), resolve transferi-la para o Pátio do Areal – localizado na parte do bairro de Peixinhos que se encontra na cidade de Olinda – onde funciona até hoje (PAULA, 2009).

A ausência de infraestrutura também era uma realidade presente na parte do bairro pertencente a Recife. Mediante o descumprimento das condutas de funcionamento, o Governo do Estado desativa o referido Matadouro, já na década de 1970, levando vários trabalhadores ao desemprego. O espaço onde funcionava foi delegado ao abandono, transformando-se em ruínas que serviram para o comércio ilegal de entorpecentes e era motivo do clima de medo e insegurança no entorno. A carência do bairro em infraestrutura entra em contraste com a intensa efervescência cultural nas décadas de 1980 e 1990 que encontrava na música, um de seus principais estandartes.

Sob as influências dos grupos de rock, pop e ritmos afro-brasileiros de bairros da periferia de Olinda e Recife, toda a cena musical da RMR, em especial o bairro de Peixinhos, foi agitada pelo Movimento Mangue Beat. De acordo com L'Odô (2014), em seus estudos sobre Zuleide de Paula e seus escritos sobre o referido bairro,

Como comunidade pobre, esquecida pelo Estado, com muitas favelas e dificuldades sociais históricas, Peixinhos também é conhecido como terra da cultura, ou o centro cultural de produção criativa mais importante de todo município olindense, quiçá de Pernambuco, entre as décadas de 1980 e 1990. Foi nele que nasceu o Movimento Mangue e o seu “Bit” com a mistura rítmica experienciada pelos blocos afro do início da década de 80 do Bairro, por exemplo (L'ODÔ, 2014, p. 9).

Ao buscar espaços para ensaiar e desenvolver ações culturais no bairro, esses grupos musicais, em parceria com os moradores do bairro e de movimentos

culturais de Olinda e Recife, tais como o *Movimento Cultural Boca de Lixo* (MCBL), passaram a ocupar as ruínas do antigo complexo industrial. As ocupações e tentativas de negociação com a Prefeitura de Recife surtiram efeito e em 1980, no mandato do prefeito Gustavo Krause, o antigo Matadouro foi tombado como sítio histórico (MACHADO, 2003). Em 2006, mediante novas reivindicações dos habitantes e articulação dos grupos culturais do bairro, foi inaugurado o “Centro Cultural e Desportivo Nascedouro de Peixinhos”, que tem como objetivo transformar o antigo Matadouro em um local de ações socioculturais e de lazer.

Nesse sentido, à exemplo do movimento reivindicatório dos moradores por um espaço de cultura e lazer como o conhecido “Nascedouro de Peixinhos”, esse bairro que une as cidades irmãs, com cerca de 40 mil habitantes – sendo 35 mil em Olinda e 5 mil na cidade do Recife –, atualmente se configura como um importante centro de referência das atividades culturais e também de resistência dos bairros da periferia dos dois municípios.

A Feira de Peixinhos: comércio, memória, identidade e expressão cultural do bairro

As atividades da Feira se iniciam com a montagem dos boxes na noite de sexta-feira e ao longo do sábado, tendo o domingo como o ápice de venda, em que moradores locais faturam mais de 400 reais em um fim de semana (FEIRANTE A, 43 anos, 2019). A Feira de Peixinhos, transferida para o Areal na década de 1990, segundo as observações realizadas e os depoimentos dos moradores, não se limita ao espaço do Pátio do Areal. Aos domingos, a extensão do comércio de rua em Peixinhos anda ganhando espaço e disputando novos territórios com os supermercados e lojas, retornando inclusive à Av. Antônio da Costa Azevedo e se estendendo por outras ruas importantes do bairro.

A feira não é só ali, não [...] quando a gente fala que vai pra feira, a gente tá falando da feira toda, pegando desde o Areal onde tem fruta, negócio de cozinha, os artesanato [sic] e a feira da farinha, até aquele pedaço to-dinho da Costa Azevedo, indo até o Mercado Público, onde tem a feira de caranguejo e do peixe (ANTÔNIO LINS, 2019).

Dessa forma, compreendemos a Feira de Peixinhos conforme seus moradores a identificam, indo além do Pátio do Areal, onde se encontra “a feira da Fari-nha”, artigos para o lar, artesanato local e venda de hortifrúti; se estendendo

ao comércio do Mercado Público, onde aos domingos, em consonância com as atividades no Areal, se realizam as feiras do Caranguejo e do Peixe, onde também é possível encontrar artesanato local, como os famosos porquinhos de barro feitos na hora, ao gosto do freguês, bem como artigos e estátuas religiosas feitos pelos artesãos do bairro. Como símbolo da existência dos habitantes locais e de resistência de formas mais tradicionais de comércio urbano, a feira de rua é, sem dúvidas, o lócus privilegiado da cultura popular do bairro de Peixinhos.

As atividades culturais do bairro se dão também no espaço da Feira de Peixinhos; lá que se registra as ações promovidas pela Prefeitura de Olinda que destinam o Pátio do Areal como um dos polos carnavalescos da cidade, onde os grupos de balé afro e de maracatu se apresentam nas noites de carnaval. O espaço também é alvo de iniciativas de movimentos como “Grupo de Saúde Condor e Cabo de Gato”, que realiza atividades culturais junto aos frequentadores e comerciantes da feira. O Cena Peixinhos, festival de música desenvolvido na comunidade que conta com a apresentação dos grupos musicais do bairro e adjacências, também é pensado no intuito de desenvolver o comércio local, em especial o comércio de rua, que encontra na feira o seu maior expoente.

As feiras livres - entendidas aqui como a reunião de produtores - comerciantes e compradores em um dado espaço que se realiza de forma periódica e no mesmo lugar, conforme Braudel (1998), possuem dois aspectos principais: seu papel econômico e sua função social. Ambos os fatores podem ser percebidos nas falas dos entrevistados, em que tanto os ganhos financeiros, quanto os ganhos afetivos são valorizados como ressalta o feirante:

A gente fazendo o comércio aqui faz uma via de mão dupla: de um lado, a gente tá tendo nosso ganha pão [...] muitos comerciantes daqui só vivem da feira mesmo e ganha o seu dinheiro do mês nos domingos; do outro lado, a gente traz coisa boa e de qualidade, por preço melhor que os de mercado, fora que a gente tem lábia, brinca com freguês, fala dos problemas, ensina receita, fala desses político alma sebos... aqui o freguês tem produto e sorriso (FEIRANTE A, 2019).

Em consonância com a declaração do entrevistado, além do papel comercial, as feiras desempenham ainda um valor social, em que as palavras, os gestos, a comicidade e informalidade fazem parte das relações tecidas nesses comércios de rua. A noção do econômico mesclado ao papel social das feiras cresce no século XX, em que estas passam a estar estritamente associadas ao papel mer-

cadológico e também cultural, presentes até os dias atuais através dos hábitos de seus frequentadores (QUEIROZ E OLIVEIRA, apud RETONDAR, 2012). Tais aspectos também estão visíveis na fala de Antônio, 83 anos, morador do bairro de Peixinhos, em aponta ser a feira o lugar em “[...] que um ganha o pão e o outro que vai comprar, conversa, sorri, brinca e ainda leva a feira da semana pra casa” (ANTÔNIO LINS, 2019). Ou seja, para além das relações comerciais, o morador do bairro identifica, na feira, um local também de lazer e diversão.

Nesse sentido, nas feiras também se dão as trocas simbólicas, em que comerciantes e fregueses ocupam e transformam as vias públicas em espaços de comércio, mas também em uma rede de sociabilidade e lazer que vão além das relações de consumo (QUEIROZ E OLIVEIRA, 2012). Ao contrário dos códigos de barra que ditam os preços dos produtos nos supermercados, nas feiras livres é o desempenho do feirante e a “pechincha” do consumidor que decidem o valor dos produtos. Conforme apontam Morais e Araújo (2005, p. 247),

[...] no interior das feiras e em suas redondezas é tecida uma complexidade de relações econômicas, sociais e culturais. Os mercados livres, dominados pelo setor informal, apresentam elementos rústicos e técnicas tradicionais de exposição e venda, com possibilidades de barganha, permutas e pechinchas dos produtos exibidos nessas reuniões coletivas.

Assim como o Feirante A, o Feirante B de 38 anos, morador do bairro e comerciante de frutas e verduras na Feira de Peixinhos, também ressalta o clima de descontração e festividade que o ambiente do seu trabalho proporciona não só para si, mas também para os compradores e frequentadores da tradicional feira do bairro. Quando questionado sobre como ele descreve o trabalho na feira, o trabalhador caracterizou como “um trabalho difícil, depende de um monte de coisa [...] mas é bom, aqui a gente trabalha pra gente, ri um do outro, conversa da vida [...] o domingo é de trabalho e é dia de tomar uma [bebida alcoólica] também” (FEIRANTE B, 2019). Aqui é possível destacar que embora o trabalho na feira seja um dia de produtividade e lucro, é também um ambiente de lazer para os trabalhadores, espaço esse que é possível devido a flexibilidade do ambiente acolhedor e pessoal presente no comércio de rua.

Considerar o domingo como um dia de trabalho e um dia para divertimento no ambiente da feira, remete também a sua periodicidade. Ao contrário da praticidade dos supermercados que ficam à disposição do consumidor, o período delimitado para o acontecimento da feira confere a essa forma de comércio o caráter de rito e festividade. A forma de comercializar os produtos, realizado quase que de maneira independente, com pouca interferência do po-

der público, faz da feira o local para “[...] ruído, a agitação, a música, a alegria popular, o mundo às avessas, a desordem, por vezes o tumulto” (BRAUDEL, 1998, p. 68). É nesse local que os ditados populares, os costumes locais ganham vida e os seus protagonistas compõem um organismo complexo e articulado de saberes e técnicas que fazem das feiras um local também de lazer, visto que nelas a clientela e vendedores se encontram, conversam e realizam outras práticas que visam também o divertimento. Não sem razão, nas feiras, há risos.

Tanto a viés comercial, quanto o caráter periódico e de referência para os moradores foram apontados no dossiê de Patrimonialização da Feira de Caruaru, que coloca a transferência da feira para sua instalação no Parque 18 de Maio como um aspecto que atribui a “ela um caráter permanente” (IPHAN, 2006). O mesmo ocorre com a Feira de Peixinhos, visto que a sua realocação, já na década de 1990, e a sua realização tradicionalmente nos dias de domingo, também conferem a esse local o caráter de permanência e de referencial para os moradores. Segundo Rosilda, 76 anos, moradora de Peixinhos e frequentadora da feira,

Aqui a gente já sabe que o trânsito de amanhã é mais difícil por causa da feira e que pra fazer as compras, tem que sair cedinho pra pegar os melhores produtos [...] eu e as meninas da igreja já marca pra ir [...] a gente faz caminhada, conversa besteira e faz as compras. É o nosso programa de domingo antes da missa. (ROSILDA, 2019).

A Feira de Peixinhos, além da importância comercial e o seu aspecto de lazer, é também um local que desperta as lembranças dos moradores do entorno. Entendendo as feiras como espaço de memória dos transeuntes, uma das perguntas realizadas se referem a primeira lembrança dos entrevistados quando a imagem da feira é evocada. Disse Antônio Lins:

Eu lembro da minha mulher indo comprar caranguejo no domingo [...] ia de manhã e só voltava na boquinha da noite. Nem era almoço mais, era logo o jantar que era sempre caranguejo; era bom demais [...] as vezes eu ia com ela pra falar com o pessoal, conversar ou jogar dominó. Hoje em dia eu ainda vou; é bonzinho ir pra feira dia de domingo, ver os amigos e trazer as compras da semana (ANTONIO LINS, 2019).

Os depoimentos de ambos os moradores colocam em evidência tanto o passado e as memórias evocadas pela feira, quanto as referências atuais de divertimento dos moradores. A feira para esses moradores, é o marcador de seus domingos e das atividades que realizam, demonstrando o caráter funcional e

afetivo desse comércio para seus frequentadores. As lembranças de Antônio ainda colocam a questão do paladar e das comidas típicas do nordeste como um dos aspectos relacionados a Feira de Peixinhos.

As tradicionais vendas de crustáceos e peixes que ocorrem nos domingos, segundo conversas informais com os vendedores e os dados coletados nas entrevistas, influenciam o cardápio das famílias de Peixinhos, tendo em vista que a disponibilidade de frutos do mar somente aos domingos, tornam esses pratos os mais recorrentes nas mesas e festividades dos moradores do entorno aos finais de semana. Ainda sobre a culinária, Antônio Belmiro, 32 anos, integrante do MCBL e morador do bairro, também relata as lembranças que a feira desperta sobre sua adolescência e juventude.

Quando virei um adolescente, eu ia lá tomar uma misturada da... como é o nome daquela senhora? [...] Dona Rosa, ela tinha uma misturada massa, bem tradicional daqui. A galera do rock and roll quando vinha ou ia pros movimentos, sempre era ali o ponto de encontro. (ANTÔNIO BELMIRO, 2019)

A culinária e as lembranças também foram colocadas no dossiê da Feira de Caruaru como eixos que compõem o arcabouço sociocultural que delegam à essa feira um caráter especial para aqueles que a frequentam. Os valores atribuídos a feira estão “[...] nas memórias que evoca; na gastronomia típica do nordeste a que ali se tem acesso; na variedade dos produtos agrícolas regionais que nela encontram mercado e fomentam a preservação de sistemas agrícolas tradicionais” (IPHAN, 2006). As especificidades gastronômicas, as lembranças e a diversidade de hortifrúteis também estão presentes na Feira de Peixinhos e são apontados, por seus moradores, como elementos que demonstram a importância local desse comércio de rua para os moradores do bairro e adjacências.

A importância da feira não só pelas memórias, mas também pela identidade do bairro e de seus habitantes é outro aspecto que merece atenção. Durante as entrevistas foi possível evidenciar que além de referência do espaço-tempo para os moradores, a Feira de Peixinhos é identificada também como parte indissociável do bairro. O morador Antônio declarou durante as entrevistas que “[...] todo mundo sabe que é a vida do bairro nos domingos” (ANTÔNIO LINS, 2019). O depoimento de Rosilda, moradora do bairro, também enfatiza essa questão.

Isso aqui faz parte de Peixinhos; é o coração daqui [...] Sem a feira, não tem Peixinhos, porque todo mundo conhece alguém que trabalha ou já

trabalhou aqui... todo mundo já veio comprar ou conversar na feira [...] sempre tem uma avó, uma tia, uma amiga que vem pra feira. A Feira é a alegria de muita gente no domingo, alegria do bolso e do sorriso. (ROSILDA, 2019).

Ambos os moradores enxergam a “Feira de Peixinhos” como elemento que constitui a essência das tradições da localidade. Ao associarem o comércio de rua a “vida” e ao “coração” do bairro, os entrevistados demonstram a importância afetiva que a feira desempenha face aos moradores do entorno. A história e desenvolvimento da localidade é associada à imagem da Feira, já que sem ela “Peixinhos não existe”. Nos discursos é possível perceber que o costume de frequentar o espaço e a tradição relacionada a “fazer a feira” é parte da identidade local que está amplamente associada aos aspectos afetivos e memorialísticos dessa forma de mercado.

Nesse sentido, a leitura da Feira enquanto lugar valorizado pelos moradores e parte integrante dos hábitos culturais, denota o sentimento de que àquelas que a frequentam pertencem ao bairro. Em consonância com a perspectiva de Silva, Miranda e Castro Jr. (2014), pode-se conceber que o espaço urbano possa ser encarado sob uma perspectiva que não se limite apenas ao que é racional. Isto porque

Os sentimentos de pertencimento devem ser enaltecidos, portanto, posto que tecem fios invisíveis imbricados à perspectiva de olhar para o espaço urbano enquanto local de sentidos intangíveis da essência dos sujeitos que ali produzem e (re)produzem as suas vivências, finalidades, crenças, relações afetivas (SILVA, MIRANDA E CASTRO JR. 2014, p. 283).

Assim, perceber como essa forma de comércio transforma o espaço urbano em local de memória e reconhecer o potencial da Feira de Peixinhos como um bem simbólico, é valorizar também a afeição e os modos de vender, fazer e lazer dos moradores que são conectados à tradição, ao cotidiano e a cultura do local em que residem.

Assim como consta no dossiê da Feira de Caruaru, estão presentes na feira os “saberes relacionados à medicina popular e ao conhecimento dos usos de ervas e plantas” (IPHAN, 2006). Tal qual a Feira de Caruaru, na Feira de Peixinhos também é possível encontrar elementos da medicina popular regional nas barraquinhas tanto no Pátio do Areal, quanto na extensão da Feira no Mercado Público do bairro. As famosas garrafadas, ervas medicinais e outros artigos que prometem a cura de diversos problemas de saúde são vendidas jun-

to com artefatos religiosos das mais diversas matrizes que fazem do ambiente da Feira um local em que as crenças e tradições do bairro encontram espaço de expressão. Como explica Antônio Lins:

Na feira vende uns negócios que eu costuma levar pro terreiro [...] erva, remédio e estátua tem sempre por lá. Se tu for e perguntar ao vendedor como usa esse ou aquele pé de mato ele te explica tudinho, te ensina como ferver, como fazer chá, usar num banho pra tirar os olhados [...] no mercado tu não encontra um vendedor que faz isso (ANTÔNIO LINS, 2019).

Além de encontrar os materiais orgânicos necessários para os preparados característicos da medicina popular, o depoimento do morador ressalta a importância do ofício do feirante para a dinâmica da feira que diferencia essa forma de vender e comprar no ambiente urbano de outros estabelecimentos de comércio. Tal fato também é encontrado na fala de Daniel Pereira, também integrante do MCBL e administrador da Biblioteca do Centro Cultural e Desportivo Nascedouro de Peixinhos.

Eu sou nascido e criado em Peixinhos e ia pra feira com meu avô. Ele conhecia todos os feirantes e os feirantes conheciam ele, por que assim, meu avô trabalhava no porto e trazia muita coisa pra vender aqui na feira. [...] era engraçado porque os feirantes roubavam ele na balança e meu avô roubava eles no vacilo [...] mas ficava tudo por isso mesmo porque eram todos conhecidos ou amigos (DANIEL PEREIRA, 2019)

De acordo com os estudos de Vedana (2008, p. 119), é a capacidade de interagir com fregueses e os outros feirantes, “as sonoridades dos anúncios dos produtos, sempre envolvendo um tom jocoso, uma brincadeira com o cliente ou mesmo com outros feirantes” que caracterizam o trabalho na feira. Tanto Daniel quanto Antônio Lins, reafirmam o desempenho do feirante nas trocas comerciais da Feira de Peixinhos como elementos importantes que constituem esse lugar. A conversa, o clima de descontração e o conhecimento do vendedor são proporcionados pelo ambiente da feira, tendo em vista que a impessoalidade das relações nos supermercados de rede dificultam a interação vendedor-cliente. Nesse aspecto, a Feira também é espaço de diálogos, aprendizados e expressão da sabedoria popular.

Apesar de sua função social e seu valor comercial para a economia dos bairros e cidades em que se encontram, as feiras livres não são alvos frequentes dos investimentos e de políticas de revitalização provenientes dos órgãos responsáveis. Além disso, na maioria das vezes, por não apresentarem alto po-

tencial de exploração lucrativa e por isso, rechaçadas pela lógica capitalista, as feiras livres são alvos frequentes de sanções que visam limitar seus espaços e desenvolvimento. Ainda que limitada e inviabilizada, as feiras se configuram como um evento importante para a cidade, e no caso de Peixinhos, desempenha o papel de principal motor econômico de várias famílias do bairro, além de atuar como uma alternativa, e como “espaço diferenciado em relação a outros locais de comércio e consumo” (LEÃO, LOBO E CHAVES, 2018, p. 300).

Dessa forma, as feiras estão em constante disputa com outras formas de comércio, sendo também espaços de resistência das práticas comerciais dos moradores dos bairros que ocupam e ressignificam os espaços urbanos, mesmo diante da exclusão socioeconômica que atingem a maior parte dos bairros periféricos, onde esses comércios de rua são encontrados e requeridos.

Em face do processo de exclusão, os mercados a céu aberto representam territórios populares em que a venda de produtos possui uma configuração própria, à revelia dos ditames dos setores hegemônicos. Ou seja, a rua torna-se o palco da feira, das barracas, onde os feirantes comercializam suas mercadorias, mas, sobretudo, o espaço em que a “ordem” é revertida. Em vez de prateleiras, ar-condicionado e outros signos que sugerem um ambiente de supermercados, a feira ocorre ao ar livre, com a mínima (ou nenhuma) participação dos agentes públicos (SILVA, MIRANDA E CASTRO JR., 2014, p. 280).

O caráter de resistência da Feira de Peixinhos, mediante o descaso do poder público, também foi um dos aspectos questionados e evidenciados durante as pesquisas. Os depoimentos de Daniel e do Feirante A destacam essa problemática:

[...] As primeiras estantes da Biblioteca do Nascadouro foram da Feira; foram os caixotes de frutas e verduras que a gente conseguia com os feirantes lá na Feira do Areal. A relação do pessoal daqui do centro cultural e os feirantes é bem direta [...] eles resistindo por lá por ser o ganha o pão deles, e aqui a gente resistindo por ser o nosso ganha pão espiritual, então teria essa relação também (DANIEL PEREIRA, 2019).

[...] É o nosso ganha pão né? A gente tem que brigar e resistir ou então acabam com o negócio da gente. Aqui a gente se vira e em dia de chuva todo mundo se ajuda, quando acontece algum problema a gente se organiza pra fazer alguma coisa [...] a prefeitura podia fazer alguma coisa e valorizar o imposto que a gente paga. Acho que deveriam valorizar o comercio da gente, enxergar as coisas boas que fazem aqui, os meninos

que vem dançar por aqui, o povo que vem conversar e saber da saúde da gente e tudo... iria ajudar muito a crescer a feira mais do que ela já cresce (FEIRANTE A, 2019).

O aspecto econômico e o valor da resistência dos feirantes em ressignificar o espaço público e assim conseguir o seu sustento são elementos que caracterizam a Feira de Peixinhos e fazem parte da memória dos moradores, visto que a ligação estabelecida entre os próprios feirantes e também com os habitantes do bairro fomenta as redes de sociabilidade e solidariedade que desperta a simpatia dos seus frequentadores. A fala do Feirante A ainda ressalta a importância de reconhecer e valorizar o comércio local, tanto por seu desempenho na renda familiar – que ajuda também os clientes com os preços mais acessíveis –, quanto pelas ações sociais que se desenvolvem na feira. Os ensaios musicais e os grupos com engajamento social são destacados pelos entrevistados como dados que devem ser observados como justificativas para atrair os investimentos municipais para a feira.

Conforme o IPHAN (2006) sobre a Feira de Caruaru, o registro desse patrimônio “[...] também compreende a identificação de seus problemas sócio espaciais, como o crescimento desordenado da feira” e os problemas de gestão e organização do espaço. De modo que reconhecer a importância da Feira de Peixinhos em suas dimensões histórica, econômica e social é atentar-se também para as problemáticas que envolvem esse elemento identitário do bairro. Os problemas no período de chuva, a administração do pátio, a infraestrutura do local são questões que merecem a atenção do poder público e o registro da Feira como parte constituinte da memória coletiva e dos bens culturais da cidade de Olinda. Todos os aspectos aqui mencionados, colocam em pauta não só os aspectos positivos da Feira de Peixinhos, mas também os problemas que podem ser sanados visando a melhoria, valorização e preservação do chamado “coração do bairro”.

Considerações finais

O processo de patrimonialização dos bens de natureza imaterial ancora-se na perspectiva de reconhecer os elementos que compõem a identidade e a memória coletiva de determinado grupo social. Registrar esses bens configura-se em um trabalho de preservação, com o objetivo máximo de valorizar a cultura local. Neste trabalho, apontamos a Feira de Peixinhos como local representativo da identidade e da memória do bairro de mesmo nome, onde a cultura popular, a festividade, as redes comerciais e de sociabilidade dos moradores

da localidade encontram espaço para se desenvolverem. Considerando o processo de patrimonialização como um movimento que promove o “[...] favorecimento do desenvolvimento social e cultural do grupo através da valorização do patrimônio cultural local” (SILVA, 2012, p. 180), dispomos aqui os principais aspectos que caracterizam a Feira de Peixinhos como um lugar de importância histórica, econômica, social, cultural e identitário para os moradores do bairro, reconhecendo esse espaço como um bem imaterial passível de ser reconhecido como patrimônio da cidade de Olinda.

Peixinhos, o bairro que une as cidades irmãs Olinda e Recife, é o bairro da efervescência cultural e da luta pelo direito de se expressar e de preservar os seus bens, tendo o a criação do “Nascedouro de Peixinhos” como um dos maiores símbolos da resistência dos moradores. A tradicional Feira que acontece há mais de 70 anos e atende às duas cidades, embora tenha passado por processos que limitaram sua expansão na década de 1990, ainda existe e também resiste como uma apropriação do espaço urbano por seus protagonistas e abriga os modos de ser e fazer de seus habitantes, a sabedoria popular, a cultura musical do entorno, bem como o principal motor econômico de uma localidade muitas vezes preterida no que tange as ações do poder público.

De acordo com Peregrino e Batista (2016, p. 12) uma das consequências do reconhecimento “é que o bem cultural – quando registrado ou tombado – possui maior visibilidade e, desta forma, mais condições de concorrer a investimentos públicos e privados”. Portanto, reconhecer a Feira de Peixinhos como bem cultural é possibilitar, também, a atração de ações dos gestores municipais e estaduais, como também do setor privado que visem a melhoria da infraestrutura da feira e da condição de trabalho dos feirantes para garantir o pleno funcionamento e desenvolvimento de um dos maiores vetores comerciais de Peixinhos. Reconhecer e preservar a Feira como um bem cultural é, portanto, garantir, também, a sobrevivência de uma das formas de comércio tradicional que ainda resiste mesmo diante da pressão exercida pelos grandes centros comerciais e supermercados de rede (inter)nacionais.

Caracterizada também como o “coração do bairro” e o elemento central que define a existência da comunidade, há que se conceber a Feira de Peixinhos não só em sua dimensão econômica, mas como lugar representativo da memória coletiva e também elemento que compõe a identidade local. Nesse contexto, é pertinente afirmar que o elemento identitário que os moradores conferem à Feira de Peixinhos possibilita o seu reconhecimento enquanto patrimônio imaterial da cidade de Olinda e passível de ser registrada no Livro

dos Lugares por todos os seus predicados que a colocam como lugar de referência da cultura e memória local. A proposta de registro da feira como bem cultural/patrimônio, agiria num duplo movimento de emponderamento da cultura periférica do bairro e de valorização dos elementos que constituem a identidade de um dos locais mais importantes para a história de Pernambuco no século XX.

É na Feira de Peixinhos que o freguês encontra a erva e os preparados tradicionais da medicina popular e que os moradores conseguem os ingredientes de seus almoços e festas ao domingo; é na Feira que os conhecidos se encontram e novas amizades surgem. As lembranças da adolescência, das esposas que partiram, dos avôs que não mais abraçam seus netos emergem na Feira como elementos afetivos que tornam esse lugar especial para seus transeuntes; é na Feira de Peixinhos que muitas famílias encontram seu sustento e outras utilizam como alternativa mais em conta para seu orçamento. Entre os porquinhos de barro e artigos religiosos, a Feira aglomera o talento dos artistas plásticos do bairro que encontram, nesse espaço, a vitrine para suas obras. Em suma, artistas, militantes políticos, feirantes, fregueses e amigos encontram na Feira de Peixinhos o lugar que aglutina ofícios, saberes e sentimentos que fazem desse espaço um objeto passível de ser reconhecido e registrado como um Patrimônio Imaterial de Pernambuco.

Referências bibliográficas

ABREU, R. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, A. E; MOTTA, A; GOMES, M. H. (org.) Inovação Cultural, Patrimônio e Educação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 65-78.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25/05/2019.

BRAUDEL, F. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CARTILHA. Patrimônio histórico: como e por que preservar. Coordenação de: Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et. al.]. Bauru, SP: Canal 6, 2008. Divulgação: CREA-SP Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo.

FRASER, M. T.; GONDIN, S. M. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. PAIDÉIA, 2004.

IPHAN. Dossiê 9 – Feira de Caruaru. 2009, 120 f. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie9_feiradecaruaru.pdf. Acesso em: 02/06/2019.

LEAL, G. F.; LOBO, T. A. CHAVES, S. R. Feira Livre: interações em um espaço urbano. Revista Inter Espaço, Grajaú/MA v. 4, n. 15 p. 288-302 set./dez. 2018.

MACHADO, N. F. Do Matadouro ao Nascedouro: a criação de novos espaços de participação juvenil. (Dissertação, Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MORAIS, I. R. D.; ARAÚJO, M. A. A. Territorialidades e sociabilidades na Feira Livre da cidade de Caicó (RN). Caminhos da Geografia, Uberlândia: UFU, v. 23, n. 17, p. 244-249, fev. 2006.

L'ODÔ, A. L'Omi. Dona Zuleide de Paula uma griot/orgânica, uma espécie de Marc Bloch olindense, uma annales da história de seu bairro. In: 18º Encontro da REDOR, 2014, Recife. Anais do 18º Encontro da REDOR, 2014.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, Feira de Caruaru. 2006. Histórico e dados. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 11/06/2019.

PAULA, Z. Peixinhos: um rio por onde navegam um povo e suas histórias. Recife: MAGIS, 2009.

PEREGRINO, L. N.; BATISTA, M. R. Discutindo o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande. Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, Paraíba, 2016.

QUEIROZ, A. M.; OLIVEIRA, L. R. Feiraguay: a cultura de feira de rua poderia ser patrimônio cultural imaterial da cidade de Feira de Santana? Anais do III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012.

SILVA, H. M. S; MIRANDA, E. O; CASTRO JR. L. V. Feira livre enquanto espaço de sociabilidade, trabalho e cultura: tramas e subjetividades na Feira de Acari. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista-BA n. 18, p. 273-290, 2014

SILVA, S. S. Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos? Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio v. 5, n. 1 p. 157-183, 2012.

VEDANA, V. No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CAPÍTULO 4

A FEIRA DE JARDIM SÃO PAULO (RECIFE-PE) ENQUANTO PATRIMÔNIO IMATERIAL LOCAL

Talysson Caique Santos Verçosa¹

Introdução

A patrimonialização das feiras enquanto cultura Imaterial está relacionada à ampliação da noção do que seria Patrimônio, até pouco tempo pensando e considerado unicamente em termos de história e arte. Constituído apenas de bens materiais, o patrimônio relacionava-se à ideia de monumento enquanto grandeza e excepcionalidade, selecionado segundo um parâmetro que privilegiava determinados grupos sociais em detrimento de outros, e, conseqüentemente, forjava um sentimento nacional baseado em ferramentas que não permitiam uma identificação por parte da parcela marginalizada da população. Com o avanço dos estudos nas Ciências Humanas e Sociais, especialmente na segunda metade do século XX, a preocupação com a inserção dos marginalizados das narrativas históricas tomou conta dos debates de intelectuais e movimentos sociais que, através de lutas, conseguiram que uma maior variedade de épocas históricas e de grupos formadores da nacionalidade brasileira passasse a ser considerados na formação do patrimônio nacional, assim como as manifestações da cultura popular.

A partir daí, as maneiras de ver e ouvir, pensar e nomear, contar e filmar a cidade foram reconhecidas como fatores decisivos na formação do significado

¹ Aluno da graduação do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

dos espaços, no estilo dos usos e na configuração do imaginário social (CANCLINI, 1994). Nesse sentido, como bem aponta Araújo (2013, p. 3) em seu estudo sobre a trajetória conceitual acerca do patrimônio imaterial no Brasil e em Portugal, entendendo que as feiras aglutinam conflitos e diversidades, consistindo depositários de valores, expressões, tradições e transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que as frequentam, representando as suas identidades, mesmo que de caráter múltiplo, variado e enquanto identidade social, as feiras tornam-se um patrimônio cultural, de um lado e do outro do Atlântico.

Diante disso, e com o objetivo de atribuir valor às feiras locais, sem grandeza ou excepcionalidade a nível nacional, mas de extrema importância para os habitantes de alguns bairros, o presente capítulo tomará como foco de análise a Feira de Jardim São Paulo, em Recife-PE, considerando-a um espaço de construção de memórias, símbolo das formas de expressão e concentradora dos mais diversos modos de criar, fazer e viver.

O Processo de Patrimonialização do Brasil

No Brasil, a institucionalização da proteção do patrimônio nacional se deu em 1937, quando o Estado se mobilizou para iniciativas, existentes desde a década de 1920, que visavam à proteção de monumentos e obras de arte. Dessa forma, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, hoje IPHAN, criado pela Lei nº 378/1937, foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 do mesmo ano e que definia o Patrimônio da seguinte forma:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A partir da análise do artigo acima, é possível encontrar alguns problemas, como a não menção a bens imateriais e a escolha pelas expressões “fatos memoráveis da história do Brasil” e “excepcional valor arqueológico ou etnográfico”. Tais expressões levantam os questionamentos: quem é que define o que seria um fato memorável para a história do Brasil? O que seria um bem de excepcional valor arqueológico? Como se mede o “excepcional”? Considerando que estamos falando da década de 1930, período da chamada Era Vargas

(1930-1945)² que se encaminhava para um governo cada vez mais centralizado, é preciso pensar que camadas sociais estavam inseridas e que camadas estavam sendo excluídas da participação política. Na ausência dessa participação de uma parcela da sociedade, que outra parcela era responsável por decidir o que seria patrimônio ou não?

Ao utilizar a História como exemplo, quando esta passou a ser considerada como gênero narrativo, devia atender a duas funções: memorizar os feitos humanos e servir de exemplo, de guia para as ações futuras (ALBUQUERQUE JR, 2012). Séculos mais tarde, já sob a forma de disciplina escolar, essa história passa a ser pensada e praticada, em sua maioria, como história eminentemente política; dessa forma, visava formar cidadãos que amassem a nação, que se dispusesse a viver e a morrer pelo que agora se nomeia de pátria (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Considerando que o Brasil nunca esteve ausente do contexto internacional, o texto de Circe Bittencourt (2004, p. 60) nos revela que o ensino de História, no país, também se mostrava encarregado de veicular uma “história nacional”, servindo como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade”.

Ainda de acordo com a autora (2004, p. 62), com a abolição da escravidão, ampliaram-se os debates políticos sobre a concepção de cidadania e a escola ganhou novo destaque pela necessidade de aumentar o número de alfabetizados. Na introdução do regime republicano, o ensino de história precisava integrar setores sociais anteriormente marginalizados no processo educacional sem, contudo, quebrar a noção de hierarquia. De forma semelhante, a noção de patrimônio também perpassou a ideia de desenvolvimento de um “nacionalismo” — a constituição de patrimônios nacionais que contribuiriam na invenção de um passado. Nesse sentido, certos bens, precisavam ser selecionados para conferir realidade e também legitimar essa comunidade imaginada que é a nação sem, contudo, quebrar os preceitos hierárquicos.

Como consequência, o saldo patrimonial de bens imóveis tombados pelo SPHAN, desde a sua criação, foi um saldo que representava apenas setores dominantes da sociedade brasileira, conforme aponta Araújo (2013, p. 5):

O aspecto mais preocupante deste período, em relação à política preservacionista levada a cabo pelo SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - é que tal órgão, desde sua criação em 1937, deixou

2 Nome dado ao marco da História do Brasil em que Getúlio Vargas governou o país entre os anos de 1930 e 1945, caracterizando-se por um período de centralização política e implicações nas esferas econômica e social.

um saldo de bens imóveis tombados, referentes a setores dominantes da sociedade brasileira como, por exemplo, fortes militares, igrejas barrocas, casas-grandes, sobrados coloniais, enquanto senzalas, quilombos, vilas operárias e cortiços foram “esquecidos”. Toda esta política tinha por objetivo “disfarçar” a realidade, demonstrando que a concepção predominante era forjar uma identidade nacional única

Importa destacar que na segunda metade do século XX, após o mundo ter vivenciado grandes guerras mundiais, a história passou por uma reavaliação de seu sentido para a sociedade. Essa deveria deixar de lado a construção de uma “identidade nacional” para trazer o aprendizado da alteridade, ou seja, o aprendizado da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos, da viabilidade de outras maneiras de se comportar, da existência de outros valores e ideias. Também acompanhando os eventos internacionais e os rumos das ciências históricas e sociais, como aponta Fernandes (1993, p. 267), a nomenclatura “Patrimônio Histórico e Artístico” constante no Decreto-Lei nº 25/37 foi substituída pela de “Patrimônio Cultural”, pois se entendeu que há outros valores culturais que não se enquadram na terminologia antiga.

Com a mudança de nomenclatura, a restrição aos bens materiais, especialmente os bens imóveis, deixou de existir para abarcar toda produção humana de ordem emocional, intelectual e material, independentemente de sua origem, época ou aspecto formal (FERNANDES, 1993). Se até o ano 2000, a política federal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro reconhecia apenas a dimensão material do patrimônio, com a publicação do Decreto 3.551/2000, que regulamentou o artigo 216, § 1º da Constituição Federal de 1988, a dimensão imaterial do patrimônio do país também passou a ser reconhecida:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Devido à natureza específica da cultura imaterial – expressões vivas e dinâmicas da cultura – esse tipo de Patrimônio não pode ser submetido a formas usuais de proteção e conservação, tais quais as aplicadas a bens móveis e imóveis como o tombamento, por exemplo, sendo o registro a forma mais usual. Diferentemente do tombamento, cuja abertura do processo pode ser solicitada por apenas um indivíduo e objetiva proteção às mudanças, a prática do registro tem como característica a base coletiva do pedido e é visto mais como instrumento de reconhecimento e valorização, visto que não se acredita em congelamento da cultura imaterial. Nesse sentido, além do ato de outorga de um título, corresponde “à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural”.

O instrumento jurídico do registro é parte constituinte da Política de salvaguarda do Patrimônio Imaterial do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e, de acordo com o decreto 3.551/2000, é feito por meio de um ou mais dos seguintes Livros:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Dentre os quatro livros acima, o que serve ao propósito do presente estudo é o de número IV, o *Livro de Registro dos Lugares* que, dentre outras coisas, prevê o Registro das Feiras. Mas o que seriam esses lugares? O lugar se configura

enquanto um espaço produzido por meio das vivências e da contribuição de diversos sujeitos sociais seja pelo trabalho, pela cultura, pelas narrativas e pelas modificações materiais ou imateriais no cotidiano dessas vivências. É no dia a dia que os costumes são recriados e os traços culturais, os valores e as tradições são repassados. Nesse sentido, as feiras são marcadas como lugares de encontro e caracterizadas como fenômeno econômico e social. Elas podem ser consideradas como mosaicos, uma vez que são espaços em que a multiplicidade se manifesta e se completa. São lugares onde muita coisa acontece ao mesmo tempo, numa aparente desordem, mas funcionando em harmonia (LACERDA & MENDES, 2017).

Mas qual a consequência da possibilidade de registro das Feiras enquanto Patrimônio Imaterial? Para Peregrino e Batista (2016, p. 4) a consequência mais direta é que o bem cultural, quando registrado, passa a ter maior visibilidade e, desta forma, mais condições de concorrer a investimentos públicos e privados. O bem que goza dessa condição passa a ser propagandeado como um patrimônio nacional ou local, visto que o art. 6º do decreto 3.551/2000 incluiu como função do Ministério da Cultura assegurar ao bem registrado ampla divulgação e promoção, adentrando no mercado de consumo com um fator diferenciado, o que no caso da feira é fundamental, pois o registro abrirá mais espaço para ações por parte dos gestores municipal e estadual.

A Feira de Jardim São Paulo: Um lugar de Memória

O Bairro de Jardim São Paulo fica localizado na cidade do Recife, capital pernambucana, e conforme informa o site da Prefeitura da cidade por meio de um Censo demográfico realizado em 2010, possui por volta de 31.648 habitantes e 116,3 km² de extensão territorial. Dentre os seus principais pontos turísticos, a praça principal se sobressai por concentrar diversas atividades, destacando-se a presença de restaurantes, bares e uma feira que ocorre todos os sábados, a partir das quinze horas da tarde – tendo seu término com variações entre as 20h e 22h – e que em 2019, completou 28 anos. Inicialmente a feira funcionava no Campo El Salvador, também no bairro de Jardim São Paulo, mas devido a problemas de alagamentos, o Conselho de Moradores fez uma solicitação junto a prefeitura para que ela pudesse se estabelecer em outro local.

to que o que mais vende aqui são as roupas. Sou pedagoga aposentada e poderia vender meus perfumes à domicílio, sabe? Como fazem as moças das revistas. O problema é que não aguento ficar em casa e a Feirinha permite que eu me sente aqui, veja o movimento e converse com as pessoas. Serve como uma espécie de Lazer, independente se eu consigo prejuízo ou lucro, sabe?

A partir do relato acima, colhido por meio de uma conversa com uma vendedora e pedagoga aposentada de 73 anos de idade, é possível retirar diversas informações acerca de produtos mais ou menos procurados, bem como, e principalmente, das motivações por trás daqueles que levam seus produtos para expor (e vender) na Feirinha de Jardim São Paulo. Fica claro que, para além da ideia de composição ou complemento de renda, a senhora em questão frequenta o ambiente para interagir com seus colegas de venda, com os frequentadores costumeiros, com as pessoas que apenas passam para perguntar alguma informação e também com o próprio espaço. Embora ouvindo apenas um testemunho, pode-se considerar que esse lugar, para além de relações econômicas, abarca também as relações de afeto e disso deriva a importância de uma leitura da variedade de elementos que passam pela subjetividade humana, a fim de compreender a feira como lugar de memória.

Para corroborar a visão anterior, perguntas também foram feitas a uma idosa de 80 anos, dessa vez vendedora de roupas. Segunda ela:

Eu estou na feirinha de Jardim São Paulo há 15 anos, mas nem sempre trabalhei com isso. Fui auxiliar de enfermagem no Hospital das Clínicas durante toda a minha vida e depois que me aposentei, comecei a frequentar as diversas feiras que existem em Recife, mas o problema é que a idade chega e a gente não tem o mesmo pique de antes. Atuei na área de pediatria e agora eu vendo roupas infantis, veja como o mundo é. Venho pra cá pra poder conversar, sabe? Nada paga mais do que estar aqui, falando com as pessoas, olhando o movimento. [...] Escolhi continuar vindo para cá porque apesar de ter violência, é mais organizado que os outros lugares e eu não posso mais correr muitos riscos, né?

Novamente, percebe-se que a necessidade de interação se sobressai à venda, pois o que tiraria uma aposentada de sua casa aos sábados, das 15:00 às 21:30? De acordo com ela, desde que deixou de trabalhar como auxiliar de enfermagem, há quase 20 anos, não conseguiu ficar mais de um ano parada dentro de casa. Saía todas as segundas para Caruaru, onde comprava seu material e passava a semana circulando por outras feiras existentes em Recife, como dos

bairros de Afogados e da Várzea. Pela idade e por segurança, optou por permanecer apenas na feira de Jardim São Paulo e assim tem feito há mais de cinco anos que, somado aos outros dez, lhe permitiu estabelecer vínculos afetivos e até mesmo ressignificar sua vida por meio daquele espaço, pois, como afirmado pela própria, se manteve voltada para um público infantil, mas agora enquanto vendedora, mas não mais como auxiliar de enfermagem na área Pediátrica.

Além das pessoas que vendem, é de extrema importância levar em consideração os motivos pelos quais as pessoas, especialmente os habitantes de Jardim São Paulo, vão até a Feirinha. Para Lacerda e Mendes (2017, p. 1894), o ato de ir à feira tem diferentes significados, que estão ligados às necessidades humanas e que são impregnadas de valores culturais e econômicos, que estão ligadas ao lugar. Isso reflete na memória social, como ligação entre o tempo passado e o tempo presente na produção do espaço, uma vez que a memória social é também materializada no lugar, como expõe uma frequentadora da feira:

Eu frequento a feirinha desde que eu me entendo por gente. Sei lá... Uns 15 anos, né? Todo fim de semana os meus pais me traziam pra comprar roupa, brinquedo, CDs e DVDs. Nesse movimento, acabei conhecendo os vendedores pelo nome e até hoje, nos momentos em que passo lá, sempre cumprimento. Se você perguntar para a minha mãe, ela provavelmente associaria a feirinha com a minha infância [...] Hoje eu frequento bem menos, sabe? E acho que no geral ela tá bem mais parada do que era. A diversidade de coisas diminuiu, a quantidade de pessoas que vão lá também. Pode ser a violência, as pessoas tão com medo de sair de casa. Não sei. Mas acho que mesmo assim, o movimento aumenta bastante na praça por conta da feirinha, é evidente. É só comparar os dias normais e os sábados

O relato apresentado acima demonstra um forte sentimento de pertencimento com o espaço da Feira de Jardim São Paulo, não apenas por parte da entrevistada, mas como ela mesmo deixa transparecer, por parte de seus familiares, destacando-se a passagem em que chega a mencionar que sua mãe provavelmente associaria a feirinha com uma fase de sua vida. Através dos anos de ida ao local, parece ter havido uma construção de um espaço de representação para a família e que sempre fará parte de suas memórias quando, por ventura, decidirem se mudar do Bairro. Salienta-se, também, a existência de vínculos com os vendedores ainda que sua frequência tenha diminuído, e a percepção de como a feirinha contribui para dar vida à praça através da comparação entre os sábados e os outros dias.

Tal fato poderia ser explicado pela ideia de que no sábado as pessoas têm uma maior disponibilidade para estarem nas ruas, ocupando os ambientes de seus respectivos bairros. No entanto, a opinião de grande parte dos moradores de Jardim São Paulo e, inclusive dos donos dos estabelecimentos ao redor da Praça, é de que na ausência da feirinha, as lanchonetes e bares que se instalaram não se sustentariam, tal qual se sustentam. A prática de comer ou beber após as compras contribui na geração de renda para outros espaços para além da própria Feira e, nesse sentido, além dos vendedores e dos frequentadores, os donos de lanchonete criam suas próprias representações desse bem enquanto importante para seus negócios, ou seja, se constrói uma nova apropriação, uma nova memória, como explica o comerciante local:

É inegável que as vendas aumentam durante o sábado e acredito sim, que a feirinha tenha relação com isso. A praça de Jardim São Paulo, apesar de frequentada durante a semana, não parece chamar tantas pessoas quanto nos sábados, aparecendo apenas o pessoal que faz algum tipo de exercício e dificilmente eles sentam aqui pra comer alguma coisa. Veja bem, eu vendo hambúrguer, então normalmente é no sábado que eu consigo realmente perceber um aumento da demanda. [...] Se eu acho que é por causa da folga da pessoas? Pode ter alguma influência, mas se você pensar que o domingo não é tão movimentado quanto o sábado e, na sexta, o pessoal se concentra mais nos bares (alguns bares se instalaram nas ruas transversais da praça e costumam apresentar um grande público nas sextas) do que por aqui, a feirinha realmente colabora. O maior problema é que apesar desse aumento, a sensação de insegurança continua e as vezes até aumenta porque já tivemos alguns assaltos ali na parte externa.

Cabe destacar, como revelado no depoimento, por fim - e é daí que vem a maior necessidade da elevação da Feirinha de Jardim São Paulo a patrimônio imaterial - que nos últimos anos, o espaço vem sendo abandonado em termos de segurança. O discurso acima, sobre a sensação de insegurança continuar e até aumentar, apareceu de alguma forma em todas as conversas realizadas para a elaboração do presente estudo e costuma ser apontada como um dos principais motivos (com exceção da sensação de “crise”) para que haja um progressivo abandono por parte de vendedores e frequentadores. É por conta disso, inclusive, que no discurso da jovem que ia à feirinha com seus pais, ela relata que antes parecia haver uma maior quantidade de produtos. Segundo os outros entrevistados, pela quantidade de furtos, muitas pessoas acreditam não ser viável se manter pagando o aluguel das barracas se não há retorno por parte do poder público.

Vale salientar que Jardim São Paulo abriga uma delegacia (que como pode ser observado no mapa, fica na própria praça) que deve atender não apenas a região, mas também o Bairro de Areias e do Barro. Contudo, devido à ausência de recursos financeiros e humanos nos últimos anos, por ordem do delegado, o espaço só funciona em dias alternados e para a exclusiva elaboração de boletins de ocorrência, ficando os habitantes reféns da insegurança que se projeta também durante os dias de feira, tendo em vista que o plástico utilizado como proteção das barracas acaba por “cobrir” e esconder o que acontece dentro do espaço da Praça. Nesse aspecto, é extremamente necessário que os gestores municipais e estaduais vejam esse espaço enquanto um Lugar importante socialmente de forma que as práticas de construção de memória se mantenham e forneçam bases para a formação e consolidação de identidades, que no caso da Feira de Jardim São Paulo vai além do comprar e vender.

Considerações Finais

Apesar das mudanças relativas ao que se considera Patrimônio, ainda parecer haver por parte da mentalidade social e dos próprios responsáveis pela análise dos registros na hora de conceder o título às mais diversas manifestações materiais e, principalmente, imateriais, o que Canclini (1994, p. 103) chama de Tradicionalismo substancialista. Isto é, a quantidade dos que julgam os bens históricos unicamente pelo valor que têm em si mesmos, e por isso concebem sua conservação independentemente do uso atual, que ainda é muito grande. A noção de que o patrimônio está constituído por um mundo de formas e objetos excepcionais, onde não contam as condições de vida e trabalho de quem os produziu, apesar de ter se modificado ao longo do tempo, resiste tanto quanto a ideia de que existe uma cultura “superior” e uma “inferior”.

Para além de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, as políticas públicas deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados, pois as experiências sociais e educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas (IPHAN, 2014). Em outras palavras, devem fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas. Como nas feiras, as relações de trabalho se efetivam e se refazem historicamente, elas configuram-se como lugar de memória tanto coletiva quanto individual e o espaço, portanto torna-se testemunho de uma relação profunda de apropriação dos lugares, tão necessária e talvez tão inevitável, quanto uma relação próxima com as pessoas, assim como ocorre na Feira de Jardim São Paulo.

Nesse sentido, o presente trabalho procurou servir como uma forma de chamar atenção para o fato de que é preciso valorizar as formas com que as pessoas se relacionam com determinado espaço, seja ele de excepcional valor nacional ou não, desde que para os indivíduos que compõem esse “lugar”, as relações de subjetividade, bem como os modos de criar, fazer e viver sejam indispensáveis. Independente da frequência de ida ou da forma como se atua no ambiente das feiras — vendedor, consumidor, proprietário de outros estabelecimentos ao redor — cada pessoa constrói e expressa seus valores, tradições e transformações que ressignificam a todo instante suas memórias, representando e construindo as suas identidades. Portanto, a ampla divulgação e promoção por parte do Ministério da Cultura — quando da patrimonialização dessas feiras —, bem como a abertura de espaço e ações por parte dos gestores municipais e estaduais são de extrema importância para que se mantenham vivas as práticas locais dos povos que, por sua vez, compõem uma nacionalidade baseada na ideia de diversidade cultural.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (Org.). Qual o valor da história hoje?. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Trajetória histórica conceitual sobre patrimônio imaterial e cultural no Brasil e em Portugal tendo as feiras como lugar de investigação. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, NATAL. Caderno de Resumos XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e da outras providências. IPHAN. Brasília, 2000.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. (p. 59 – 76). In: _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacionalismo. In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, nº 23. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura, 1994. Pp. 95-115

FERNANDES, J. Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino da história. In: Memória, História e Historiografia. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n.º 25/26, setembro 92/agosto 93.

IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

LACERDA, F. R.; MENDES, G. F..A feira como lugar de memória: imagem, patrimônio e tradição na produção do espaço geográfico. In: XII Encontro Nacional da ANPEGE, 2017, Porto Alegre. Anais do XII Encontro Nacional da ANPEGE. Porto Alegre: 2017. p. 1886-1897.

PEREGRINO, Lucas N.; BATISTA, M. R..Discutindo o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande (PB). In: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016, João Pessoa. Políticas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos, 2016. v. 1.

CAPÍTULO 5

O “PRÉDIO DA SUDENE EM RECIFE”: OBRA ARQUITETÔNICA DOS ANOS 1970 E PATRIMÔNIO DO POVO NORDESTINO

Thiago Souto Maior Ferraz de Oliveira¹

Introdução

O presente artigo almeja justificar o popularmente conhecido “prédio da Sudene” como um patrimônio público material da República Federativa do Brasil e, mais especificamente, do Estado de Pernambuco, a partir das diretrizes legais da Constituição de 1988 e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Localizado no bairro do Engenho do Meio², o edifício foi inaugurado em 28 de janeiro de 1974 para servir como a sede definitiva da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Segundo notícia do Diário de Pernambuco (PRÉDIO da Sudene agora pertence à Universidade Federal de Pernambuco, 2017), o prédio “foi edificado em um terreno com 68.050,00 m², possuindo uma área construída de 72.704,81 m², distribuída em diversos blocos, sendo um prédio principal, com 13 andares, e quatro anexos que incluem biblioteca, restaurante, conselho deliberativo e serviço médico.”

Atualmente, encontra-se em estado deplorável, abandonado e somente com a presença de escritórios de alguns diferentes órgãos públicos como: o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Ministérios da Saúde, do Planejamento

¹ Graduando da Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

² Endereço completo: Ministro João Gonçalves de Sousa, s/nº, Engenho do Meio, Recife - PE, Brasil.

e da Integração Nacional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE) e Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo reportagem de Wagner Sarmento (2015), a Justiça Federal determinou sua interdição, mas logo foi anulada pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Contudo, alguns desses órgãos foram saindo do local para evitar acidentes com arquivos, equipamentos e pessoal. Dentre os motivos, estariam as janelas quebradas por onde entra água, os entulhos, constantes quedas de energia, goteiras, vigas de ferro aparecendo, elevadores quebrados, fios desencapados e risco de incêndio. Pela pujança e degradação do prédio, pode-se inferir que a imponente Sudene perdeu muito de seu vigor ao longo das décadas, tendo sido extinta em 2001 e recriada em 2003; contudo, não com a mesma pujança das décadas de 1960 e 1970.

O escritório pernambucano da Sudene resolveu há alguns anos sair do local para diminuir os custos, com isso o edifício e toda a sua área de jardins passaram para a responsabilidade da Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2017. O edifício deve servir futuramente como espaço para escritórios, departamentos, salas de aula e ambientes de convivência. Para além de seu contraste paisagístico visível – pois é rodeado de bairros residenciais formados, em suma, por casas –, o projeto predial da Sudene é marco da arquitetura modernista brasileira e espaço dotado de simbologia regional para o Nordeste, tendo em vista sua importância histórica e política, a ser analisada neste trabalho.

Desse modo, propomos a averiguação dessas características arquitetônicas e históricas do prédio e do que ele representa, principalmente, para o povo nordestino. A problemática gira em torno justamente de seu abandono, estado que pode vir a causar incêndios e destruição desse patrimônio. As dificuldades financeiras pelas quais passa o Estado brasileiro podem inibir o resgate e manutenção da construção; e com sua classificação como patrimônio material, a sociedade poderia clamar mais direta e facilmente por verbas para custeio e uso do espaço. Antes de tudo, porém, faz-se necessária uma elucidação de quais conceitos acadêmicos e legais-normativos partimos para a construção dos argumentos em defesa da patrimonialização e tombamento do “prédio da Sudene”.

O conceito contemporâneo de patrimônio

A significação histórica e identitária dada e recebida por espaços geográficos

específicos acompanha a humanidade desde sua existência enquanto espécie cultural e modificadora do seu meio por intermédio da linguagem e do trabalho. Entretanto foi somente nos séculos XVIII e XIX, com o advento da Revolução Francesa e a criação do que se entende por Estado Moderno (LONDRES, 2005) que surgiu uma preocupação sistematizada em classificar, promover a manutenção e a utilização dos patrimônios materiais.

Durante o processo de maturação dos Estados nacionais, entre o século XVIII e começo do XX, o patrimônio esteve a serviço desse mesmo Estado para a construção de uma identidade ou romance nacional, preservando as características positivas de uma dada nação ou sociedade. O cidadão/indivíduo é subordinado aos interesses ideológicos do Estado e, portanto, passivo no processo de patrimonialização do bem. A noção de cidadania ampla como a conhecemos hoje não era presente, então o grosso populacional não participava da escolha do patrimônio e a consequente memória coletiva, mas sim a elite que dirigia aquele Estado. Entretanto, segundo Londres (2005, p. 160):

A adesão da sociedade – vale dizer, dos diferentes grupos sociais que compõem as nações modernas – à prática da preservação de bens culturais tem sido considerada o grande desafio a ser enfrentado no século XXI. Pois se, por um lado, a justificativa dessas políticas é o interesse público, a ideia de uma “identidade nacional” como referência que orientaria a ação de órgãos governamentais, construída por intelectuais e/ou agentes do poder público, já não é reconhecida como capaz de legitimar intervenções que, em muitos casos, afetam profundamente a vida dos cidadãos.

Esse paradigma caracterizado por Londres surgiu com a institucionalização de mecanismos internacionais após a Segunda Guerra Mundial, leia-se a Organização das Nações Unidas, projetando, assim, uma preocupação global na construção da identidade do que é ser humano e de nossa História, principalmente a partir da Unesco e da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. As tendências na academia também contestavam os paradigmas de uma Historiografia tradicional, apelando para novos rumos metodológicos e de escolha de objetos de estudo (Escola dos Annales)³, divergindo o patrimônio do caráter

3 Movimento de mudanças teórico-metodológicas dentro da ciência histórica que foi desenvolvido a partir da Revista dos Annales, criada em 1929 pelos historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch. Segundo Burke (1992, p. 16), “Uma maneira de descrever as realizações do grupo dos Annales é dizer que eles mostraram que a história econômica, social e cultural pode atingir exatamente os padrões profissionais estabelecidos por Ranke para a história política”.

ufanista e de seus usos pelo Estado Moderno.

De maneira geral, entendemos, a partir de Canclini (1993, p. 95), as condições sociais e econômicas como fatores positivos que “[...] contribuem para repensar o que devemos entender por patrimônio histórico e por identidade nacional”. Por certo, a globalização e a industrialização se fazem presentes, mas nem por isso seus produtos históricos devem deixar de ser considerados patrimônios. A evidência de características transnacionais não pode limitar a classificação do que é ou deixa de ser um patrimônio. Afinal, qualquer produção cultural humana é executada a partir da interação de diferentes indivíduos, grupos e sociedades.

As críticas aos paradigmas tradicionalistas e conservacionistas perpassam geralmente as intenções dadas pelas elites políticas e econômicas que regem um país ou região aos edifícios, paisagens, expressões artísticas e produções culturais daquele local (CANCLINI, 1993). Verdadeiramente, todo patrimônio histórico é selecionado e, por isso, deriva de um processo de disputa de poder. Não é qualquer prédio ou obra que é escolhida para tombamento ou preservação: há um jogo de processos políticos e sociais entre os diferentes atores e grupos históricos.

Outra problematização trazida por Canclini é sobre o paradigma participacionista, que

[...] concebe o patrimônio e sua preservação relacionando-os com as necessidades globais da sociedade. As funções anteriores – o valor intrínseco dos bens, seu interesse mercantil e sua capacidade simbólica de legitimação – são subordinadas às demandas presentes dos usuários. A seleção do que se preserva e a maneira de fazê-lo devem ser decididas através de um processo democrático em que os interessados intervenham, trazendo para o debate seus hábitos e opiniões (CANCLINI, 1993, p. 105)

Dessa maneira, o que se entende por patrimônio e como preservá-lo integral e ativamente tem mudado nas últimas décadas. Tanto as conjunturas históricas como a academia têm sido preponderantes nessas transformações de paradigmas. Isso tem influenciado de tal maneira também os dispositivos jurídicos e constitucionais de diversos países no trato com suas histórias, memórias e patrimônios. Com o Estado brasileiro não seria diferente, tendo seu aparato político renovado na década de 1980 com a promulgação de uma constituição de valores amplamente democráticos e pautados em uma série de direitos sociais e liberdades individuais.

Assim, dentro de uma abordagem legal-normativa, o prédio da Sudene

pode ser tipificado como patrimônio pelo seguinte trecho da Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, Art. 216): “V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. Nesta tipificação, entram os espaços físicos de valor cultural ou natural; mais adiante, veremos quais valores e memórias emanam da construção arquitetônica aqui em debate. A partir dessa citação, verificamos que há uma notável preocupação legal da Carta Magna para com a memória coletiva do brasileiro, mas essa preocupação é alçada, em suma, para as responsabilidades dos órgãos competentes. A participação cidadã por meio de conselhos ou associações civis em apoio aos órgãos governamentais ainda é pequena no Brasil, principalmente no que tange à escolha e meios de utilização/conservação dos patrimônios históricos.

O próprio IPHAN, por meio dos artigos da Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM), compreende a necessidade de criação de políticas públicas que fomentem a socialização/coletivização do bem patrimonializado:

Art. 56. Entende-se por Interação a obrigação imposta ao Poder Público de coletivizar as informações e conteúdos relacionados aos bens culturais sob sua tutela.

Art. 57. O objetivo da Interpretação, Promoção e Difusão do patrimônio cultural de natureza material protegidos é:

- I. Possibilitar acesso e fruição ao patrimônio cultural material;
- II. Articular as diversas formas de decodificação de informações relacionadas ao patrimônio cultural material;
- III. Propiciar a compreensão dos bens culturais materiais, especialmente, in situ;
- IV. Facilitar a interface entre os saberes técnicos e científicos e os grupos sociais; e
- V. Destacar e colocar em evidência os bens culturais materiais. (IPHAN, 2018)

Podemos considerar, então, que a partir das leituras e referências legais, o conceito de patrimônio em nossa perspectiva pode conter os mais diversos elementos culturais – e suas respectivas origens –, não se submetendo a um ensejo puramente nacionalista, de características única e puramente de uma dita “gênese brasileira”. Além disso, notamos a necessidade de se fazer valer a utilização eficaz tanto de antigos como novos patrimônios, isto é, seu significado e memória não podem existir apenas mortos no passado, mas devem ser

realçados com o contemporâneo para garantir suas vivências e sobrevivências.

O modernismo brasileiro no meio do “Engenho do Meio”

A arquitetura moderna ou modernista possui uma tradição forte em Recife, com a reprodução de grandes projetos prediais, casas e praças, em especial ao longo da segunda metade do século XX. O movimento modernista do ponto de vista cultural iniciou-se com a Semana de Arte Moderna em São Paulo no ano de 1922; entretanto, seus desdobramentos na arquitetura só viriam a atingir seu ápice nos anos 1950 com a construção de Brasília e a difusão do movimento arquitetônico no restante do Brasil.

O modernismo brasileiro se pautou sobretudo nos cinco pontos de Le Corbusier⁴. De acordo com Polizzo e Kamita (2016, p. 300):

A planta livre (leplan libre) e conseqüentemente a fachada livre (lafaçade libre), estão diretamente vinculadas ao estabelecimento de interiores mais amplos, com a minimização das divisões internas fazendo com que as paredes periféricas se tornassem mais leves, o que gerava uma maior abertura em direção ao exterior e a construção de uma espacialidade mais relaxada e dilatada, em consonância com o meio. Os pilotis, da mesma forma, ao elevar o edifício do solo, geravam uma relação de continuidade espacial ou visual entre espaços no nível do térreo, aumentando a sensação da existência de uma superfície de base ininterrupta, natural ou construída.

O que Le Corbusier caracterizou como pilotis é de fácil averiguação no prédio da Sudene, tendo em vista sua elevação em relação ao solo por meio das estacas ou pilares sustentadores, que acabam por abrir espaços amplos no térreo em grande parte do terreno. De forma harmoniosa, os arquitetos procuraram unir o útil ao agradável, pois as escolhas da planta e da fachada permitem uma melhor circulação de ar, mitigando o calor proveniente da latitude tropical da cidade do Recife. A seguinte imagem - Figura 1- foi captada em 2012, na qual é possível observar bem essas três características (planta livre, fachada livre e pilotis) do modernismo:

4 Pseudônimo de Charles-Edouard Jeanneret-Gris (1887-1965), arquiteto, urbanista e artista franco-suíço, reconhecido como um dos grandes pais da “nova arquitetura”, tendo influenciado Oscar Niemeyer, entre outros arquitetos brasileiros.



Figura 1 – Fonte: CASTILHO, Fernando. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jcnegocios/2017/07/12/16050/>>. Acesso em: 24/06/2019.

O quarto e quinto pontos são, respectivamente: o terraço jardim, com a utilização do último nível ou a cobertura do prédio como um espaço útil e de convivência, integrando o interior com o exterior; e a janela em fita, ou seja, aberturas para a entrada da luz e do vento em formas “espichadas”, seja na vertical ou na horizontal. O terraço não se faz tão presente, muito menos de maneira “esverdeada”, isto é, com jardins e plantas para amenizar o concreto escuro; porém, a continuidade das janelas sim, que junto à fachada e à planta, cria, segundo Polizzo e Kamita (2016, p. 308), um “[...] mecanismo gerador de uma ininterrupção espacial, possibilitando a concepção de um espaço contínuo ad infinitum.”

Segundo Zuffo e Campos Neto (2009, p. 60), os historiadores da Arquitetura Moderna

[...] são unânimes ao evidenciar que, a partir da inauguração da nova capital (Brasília), houve uma perda gradual da qualidade dessa arquitetura, que outrora foi aclamada no exterior e colocada no patamar mais alto junto com o que de melhor foi realizado no mundo em termos de arquitetura naquela época.

O declínio do estilo foi generalizado após o término de Brasília na década de 1960, especialmente no eixo Rio-São Paulo, mas em Pernambuco, aquele veio a tardar tendo em vista a construção na década de 1970 do prédio da Sudene. Talvez ele seja o símbolo mais recente de grande porte físico advindo do modernismo brasileiro. De qualquer forma, os projetos do que viria a ser a nova sede da Sudene em Recife já tinham começado em 1968, inicialmente sob a direção do arquiteto paraibano Glauco Campello e posteriormente do recifense Maurício do Passo Castro.

Nascido em 1930, Castro recebeu grandes influências do modernismo e com uma renomada carreira acadêmica, se destacou em algumas obras anteriores,

[...] tendo nos projetos conjuntos com Reginaldo Esteves, as fábricas da Willys Norte-nordeste, de 1964, e da Pirelli, de 1966, adotado soluções climáticas, como por exemplo, paredes inteiras fechadas com elementos vazados especialmente desenhados para estes projetos e o uso de telhado com aberturas para a circulação de ar, que foram bem reconhecidas e premiadas pelo IAB/ PE na época. (COSTA, 2008)

O prédio da Sudene não fugiria às suas tendências,

[...] onde adotou a forma serpenteada, implantado no eixo norte-sul, sendo as fachadas laterais completamente cegas, a Leste, trabalhada com grandes painéis de janelas em alumínio com vidro, e a oeste, tratada com grandes panos de combogós, permitindo assim, a circulação constante de ar em todos os ambientes do edifício. (COSTA, 2008)

A utilidade da arquitetura era um dos pontos principais de preocupação do modernismo brasileiro. Partindo de Le Corbusier e pensando na fadiga dos futuros trabalhadores de escritório que ali se encontrariam, Castro prontamente desenhou o edifício de forma a amenizar a “quentura” recifense. Os cobogós convergem o ar quente para fora enquanto as janelas longas, voltadas para o mar - ou a nascente - refletem parte significativa da luz até o meio-dia.

Conforme Carneiro, Silva e Rolim (2018, p. 118),

O jardim projetado por Roberto Burle Marx, em 1972, ao lado dos arquitetos associados Haruyoshi Ono e José Tabacow, possuía 7,6 hectares e envolvia e penetrava as oito edificações em uma perfeita inter-relação entre o jardim e o edifício (CARNEIRO, SILVA & ROLIM, 2018, p. 118)

A biodiversidade foi uma característica marcante do projeto: 78 espécies diferentes de plantas foram utilizadas na ornamentação do jardim, distribuindo-se

entre as quatro categorias de arbóreas, arbustivas, herbáceas e palmeiras. A maior parte das plantas é de origem nacional, porém algumas são exóticas à flora brasileira. Burle Marx ainda dividiu o jardim de acordo com as laterais leste e oeste do prédio, dando um ar mais rústico, com uma vegetação mais rasteira, localizada na lateral voltada para a rua, e árvores com coberturas maiores para o jardim próximo à rodovia BR-101. Além disso, destacamos as cerâmicas coloridas advindas da Oficina de Francisco Brennand⁵ – também localizada no Recife. Por se localizarem perto dos pilotis e no térreo, as cerâmicas ajudam a colorir os jardins.

As dimensões histórica e político-administrativa: símbolo para o nordeste

O prédio da Sudene pode ser analisado não somente pela sua importância estética-arquitetônica, mas também pelo que ajudou a construir enquanto sede da instituição de fomento do desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, aí sendo abarcadas as suas dimensões histórica e político-administrativa. Essas últimas podem ser consideradas aquelas mais próximas das gentes comuns, principalmente para aqueles que trabalham e/ou trabalharam em empreendimentos industriais que foram trazidos ao Nordeste pelos programas e benefícios fiscais da Sudene. Sem dúvida a estrutura alta e contrastante chama atenção, mas atualmente há muitos edifícios em Recife e muitos deles postos como “mais bonitos” que a obra arquitetônica modernista do Engenho do Meio.

Nesse sentido, cabe aqui uma síntese do que foi a instituição da Sudene, pensada pelo Poder Executivo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e organizada pelo renomado economista paraibano Celso Furtado – autor de Formação Econômica do Brasil. Segundo Aquino e Silva (2004, p. 106), a Sudene “[...] foi instituída pela lei 3.692, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 15 de dezembro de 1959 [...]”. Metas, planos e fundações fomentadoras estavam “em alta” tanto no cenário nacional como internacional nas décadas do auge da Guerra Fria⁶, buscando subverter o subdesenvolvimento e desenvolver o

5 Fábrica de cerâmicas famosa em Recife, que segundo o próprio site oficial da instituição (OFICINA BRENNAND, s.d.) “[...] surge em 1971 nas ruínas de uma olaria do início do século XX, como materialização de um projeto obstinado e sem trégua do artista Francisco Brennand. Antiga fábrica de tijolos e telhas herdada de seu pai, instalada nas terras do Engenho Santos Cosme e Damião, no bairro histórico da Várzea, e cercada por remanescentes da Mata Atlântica e pelas águas do Rio Capibaribe, a Cerâmica São João tornou-se fonte inspiradora e depositária da história do artista pernambucano.”

6 Período histórico usualmente demarcado de 1946 a 1991 com reverberações globais, sendo caracterizado

capitalismo naquelas regiões de Terceiro Mundo⁷.
O que pode se verificar a partir desse contexto é que:

A criação da Sudene resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Tornava-se necessário, assim, haver uma intervenção direta na região, guiada pelo planejamento, entendido como único caminho para o desenvolvimento. (OLIVEIRA)

Assim, a instituição se tornava uma espécie de conquista para a população nordestina, que não via uma intervenção direta do governo federal há tempos e que primava pelo desenvolvimento social e econômico da região. Apesar de todo o investimento cauteloso e pesado em mão-de-obra técnica-especializada, pesquisas, estudos estatísticos, o sonho ou a utopia de Celso Furtado veio a se mostrar falho, como bem analisa Aquino (2004, p. 178) em sua tese de doutoramento:

[...] Verificamos que a instituição – embora tenha conseguido um grande número de conquistas que marcaram decisivamente o Nordeste, fazendo com que a região se fortalecesse em termos políticos, através do poder de pressão do seu Conselho Deliberativo, dos estudos e pesquisas que possibilitaram conhecer a região e dos vultosos recursos investidos em vários dos seus projetos – não foi favorecida pelas condições econômicas e políticas do Brasil naquele momento histórico.

[...] O que realmente emergiu como um problema, naquele momento, foi a contradição entre o crescimento que inegavelmente ocorreu em alguns setores da economia nordestina, como no setor industrial, e o atraso em que se manteve a agricultura da região, agravando-se as dificuldades na área da oferta de empregos e de alimentos.

Não importa tanto para o objetivo deste artigo analisar as causas desse insucesso, mas cabe citar algumas que foram descritas por Aquino (2004): a desestruturção intencional do órgão durante o Regime Civil-Militar (1964-1985); as forças políticas das oligarquias estaduais e municipais; as denúncias de cor-

pela polarização geopolítica e ideológica entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que representaram o capitalismo e o socialismo respectivamente.

⁷ Entendemos o termo Terceiro Mundo como referência bastante usual no período da Guerra Fria aos países e regiões sem um capitalismo industrial e financeiro bem desenvolvido e marcados pela extrema pobreza e falta de serviços públicos de qualidade.

rupção envolvida em transações tão extraordinárias de dinheiro e material; o ceticismo de algumas autoridades dentro da Sudene e dos governos do Nordeste quanto às possibilidades práticas da Sudene; e, por fim, a falta de investimentos suficientes na educação e qualificação da mão-de-obra nordestina. Mas isso não é ponto pacífico, já que, como a própria Aquino (2004) analisa, uma industrialização notável tomou conta dos grandes centros urbanos do Nordeste nas últimas décadas, como Recife, Salvador e Fortaleza.

O prédio da Sudene entra nesse processo como último marco reminiscente de um período de auge de políticas públicas do governo federal voltadas para a melhoria das condições sociais e econômicas do Nordeste. Era naquele espaço gigantesco onde eram debatidas, vetadas ou sancionadas as principais diretrizes que permitiriam a industrialização da região, e para qual Estado e quando iria o investimento/dedução fiscal e os planejamentos futuros para a equalização do desenvolvimento humano com o Centro-Sul. Rejeitado por cerca de dois séculos em detrimento da economia cafeeira e industrialização do Centro-Sul, o Nordeste carecia de um investimento a altura de sua importância histórica na formação da sociedade brasileira. Esta última ideia foi bem elucidada por Freyre em sua obra intitulada com o próprio nome da região (2004, p. 50):

A verdade é que foi no extremo Nordeste - por extremo Nordeste deve entender-se o trecho da região agrária do Norte que vai de Sergipe ao Ceará - e no Recôncavo Baiano - nas suas melhores terras de barro e húmus - que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro. O mais brasileiro pelo seu tipo de aristocrata, hoje em decadência, e principalmente pelo seu tipo de homem do povo, já próximo, talvez, de relativa estabilidade.

Dessa forma, o antigo Nordeste, o das capitânias do Norte, talvez tenha a sua importância simbólica, restaurada em parte, nesse espaço do Prédio da Sudene, alimentando o imaginário e a memória dos habitantes de Pernambuco e outros estados da região. A utopia de trazer de volta para a realidade essa memória faz ratificar a ideia de que espaços como o aqui defendido não pode deixar de existir sob pena de nossa história e nossa memória estar dissociada daquilo que as constitui, afinal independente do sucesso ou não, a Sudene, representada concretamente neste alto edifício no Recife, significou novos “ares de mudança” para a região e sua população.

Considerações finais

Dessa maneira, podemos finalizar o capítulo com uma averiguação positiva acerca das características necessárias à patrimonialização do “prédio da Sudene em Recife”. O seu valor arquitetônico é imprescindível à cultura brasileira, já que constitui um dos últimos edifícios erguidos ainda sob a escola modernista de arquitetura. Relembra muito os prédios residenciais de Brasília, auge faraônico do mesmo estilo, mas ao mesmo tempo possui significado local, se tornando único ao utilizar adaptações climáticas, os jardins com plantas da flora do Nordeste e deixando o concreto aparente.

Tendo em vista também o valor simbólico do prédio, espaço de instrumentalização da autarquia da Sudene, é válido ressaltar sua necessidade de recuperação física. Contudo, de acordo com nossa explicação acerca do que é um “patrimônio histórico”, não bastam apenas políticas de financiamento da manutenção e conservação do embelezamento da estrutura: a sociedade civil pode e deve ocupar o espaço, munindo-o de renovação semiótica e utilitária.

Aí está nossa proposta: defender o prédio enquanto símbolo cultural, arquitetônico e histórico, mas não o deixar vazio de sentido no presente. Reutilizá-lo com novos fins não quer dizer necessariamente desconstruir sua aura iniciada nos anos 1970 ou das memórias dos tempos de Celso Furtado; aliás, isso já é feito por diversos órgãos públicos que ali se alocaram, porém não há qualquer interesse direto numa reutilização por completo de todos os pavimentos e espaços. Isto posto o que urge é cobrar o IPHAN, do poder público e a nova proprietária do local, a UFPE, para que estas ajam em nome da sociedade brasileira, revitalizando as estruturas do prédio integralmente, podendo ele servir como espaço de memória e convivência do povo nordestino.

Referências bibliográficas

AQUINO, Laura Christina Mello de; SILVA, Sílvia Cortez. Sudene: a utopia de Celso Furtado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

BRASIL, República Federativa do. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de

outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Tradução de Mauricio Santana Dias. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1994. n. 23. ps. 95-115.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Joelmir Marques da; ROLIM, Maria Eduarda Dantas de Oliveira. Inventário e conservação do Jardim de Burle Marx na Sudene. In: Revista Percurso. Maringá: NEMO, 2018. v. 10, n. 1. ps. 111-130.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma Escola. In: RevistaArquitextos. São Paulo: Vitruvius, jul. 2008. ano 09, n. 098.05. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/128>>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

FREYRE, Gilberto. Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

IPHAN. Disposições Gerais da PPCM. Portaria n. 375 de 19 set. 2018.

LONDRES, Cecília. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. In: Revista Escritos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, 2007. ps. 159-171.

OFICINA BRENNAND. Oficina Brennand, s. d. A Oficina. Disponível em: <https://www.brennand.com.br/oficina_01.php>. Acesso em: 12 de set. de 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A criação da Sudene. Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>>. Acesso em 21 de jun. de 2019.

POLIZZO, Ana Paula. KAMITA, João Masao. Paisagem, Arquitetura, Cidade. Uma discussão acerca da produção do espaço moderno. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica - Rio, Rio de Janeiro, 2016.

PRÉDIO da Sudene agora pertence à Universidade Federal de Pernambuco. Diário de Pernambuco. Recife, 06/12/2017. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/12/06/interna_vidaurbana,733670/predio-da-sudene-agora-pertence-a-universidade-federal.shtml>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

SARMENTO, Wagner. Prédio da Sudene é um gigante esquecido. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/08/predio-da-sudene-e-um-gigante-esquecido.html>>. Acesso em 24 de jun. de 2019.

ZUFFO, Élda Regina de Moraes; CAMPOS NETO, Candido Malta. Pioneiros modernos: verticalização residencial em Higienópolis. Tese (Doutorado). Programa de Doutorado - Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

Título Em defesa de Patrimônios Culturais de Pernambuco

Organização Raquel Barreto Nascimento,
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto,
Tayanne Adrian Santana Morais da Silva

Capa e Projeto Gráfico Rodrigo Victor

Formato e-book

Tipografia Minion Pro (*miolo*)

Noto Mono (*títulos*)

